

## APRESENTAÇÃO

Esta é uma publicação Quadrimestral da subseção do DIEESE na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria - CNTI.

Trata-se de um boletim informativo e analítico que tem por finalidade a permanente discussão, acompanhamento e atualização de temas relacionados ao mercado de trabalho, com enfoques voltados para a conjuntura econômica e social do país.

Neste boletim do quadrimestre setembro/dezembro de 2009 apresentam-se temas como: Conjuntura Econômica, Desempenho da Indústria e Jornada de Trabalho, .

Como de costume, traz-se também alguns indicadores econômicos úteis à vida sindical, como por exemplo, a pesquisa de emprego e desemprego feita em seis regiões metropolitanas brasileiras e a variação da cesta básica em dezesseis capitais brasileiras.

### Boletim de Conjuntura – SET/DEZ de 2009

(Fechamento 03/02/2010)

Presidente - **José Calixto Ramos**

Equipe técnica responsável:

**Clóvis R. Scherer**

**Karla C. Braz**

**Osmar F. dos Santos Filho**

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria  
Endereço: Av. W3 Quadra 505 Lote 01 Bloco A SEP/Norte  
CEP: 70730-517 - Brasília - DF  
Fone: (061) 3448-9900 - Fax: (061) 3274-7001  
**E-mail: [cnti@cnti.org.br](mailto:cnti@cnti.org.br) Site: [www.cnti.org.br](http://www.cnti.org.br)**

## ÍNDICE

- I - CONJUNTURA ECONÔMICA
- II - DESEMPENHO INDUSTRIAL
- III - REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO PARA 40 HORAS – O debate sobre a redução da jornada de trabalho no Congresso Nacional
- IV - INDICADORES ECONÔMICOS

***Entre em contato conosco pelo e-mail:***

**[sucnti@dieese.org.br](mailto:sucnti@dieese.org.br)**

## I - CONJUNTURA ECONÔMICA

A economia brasileira terá crescimento próximo ou mesmo negativo em 2009, mas diversos indicadores mostram a consolidação da retomada da atividade econômica, sinalizando uma acentuada elevação do Produto Interno Bruto (PIB) em 2010.

O aumento do PIB do terceiro trimestre, do emprego com carteira assinada em quase um milhão, a aproximação da produção industrial do patamar anterior à crise, juntamente com a elevação da utilização média da capacidade instalada, num contexto de baixa inflação e de uma das menores taxa básica de juros da história demonstram o novo ciclo de crescimento no país.

### I.1 Indicadores da atividade econômica

#### PIB

A divulgação pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) dos dados sobre o PIB do 3º trimestre de 2009 confirma a retomada do crescimento econômico no Brasil, alcançando R\$ 797 bilhões, um aumento de 1,3% em relação ao trimestre anterior, que também teve taxa positiva de 1,1% (ver Tabela 1).

O maior destaque foi a indústria, pelo lado da oferta, que aumentou 2,9% pelo segundo trimestre consecutivo, dado que foi o setor mais afetado pela crise financeira mundial.

O setor de serviços acompanhou a indústria com acréscimo de 1,6%. Em sentido contrário, a agropecuária apresentou queda de -2,5%, completando quatro trimestres seguidos de resultado

negativo, na comparação com o trimestre imediatamente anterior.

Pelo lado da demanda, o destaque ficou com a elevação de 6,5% do investimento pelo segundo trimestre seguido, representado pela formação bruta de capital fixo descontado os estoques. Esse desempenho reflete a melhora nas expectativas dos agentes quanto ao futuro da economia, haja vista a expressiva queda trimestral entre outubro de 2008 e março de 2009.

O consumo das famílias e da administração pública também teve taxas positivas de 2,0% e 0,5%, respectivamente, na comparação com o trimestre antecedente.

No tocante as despesas com exportação de bens e serviços e importação de bens e serviços, a variação também apresentou elevação no terceiro trimestre comparado ao antecedente. O aumento das exportações, de 0,5%, comparado com as importações, de 1,8%, reflete a valorização do Real somado a manutenção da demanda interna e também ao baixo crescimento da procura interna, um cenário que tem gerado preocupação na condução da política econômica.

**TABELA 1**  
**Variação do PIB – Preços de Mercado**  
**Brasil – 2008 e 2009 (Dados Dessazonalizados - %)**

Setor de Atividade	2008.III	2008.IV	2009.I	2009.II	2009.III
Agropecuária	0,4	(-) 3,1	(-) 2,7	(-) 0,6	(-) 2,5
Indústria	1,6	(-) 8,1	(-) 4,4	2,6	2,9
Serviços	1,5	(-) 2,3	1,2	1,7	1,6
Valor adicionado a preços básicos	1,0	(-) 2,8	(-) 0,6	1,0	1,0
<b>PIB a preços de mercado</b>	<b>1,1</b>	<b>(-) 2,9</b>	<b>(-) 0,9</b>	<b>1,1</b>	<b>1,3</b>
Despesa de consumo das famílias	1,3	(-) 1,2	0,4	2,4	2,0
Despesa de consumo da administração pública	2,8	(-) 2,9	4,2	(-) 0,1	0,5
Formação bruta de capital físico	3,0	(-) 9,9	(-) 11,0	2,0	6,5
Exportação de bens e serviços	(-) 1,5	(-) 1,4	(-) 15,4	7,1	0,5
Importação de bens e serviços (-)	1,6	(-) 5,9	(-) 16,1	4,4	1,8

Fonte: IBGE

O desempenho positivo do terceiro trimestre bem como do segundo em 2009 na comparação trimestre contra trimestre anterior contrasta com a estimativa de crescimento zero do PIB desse ano, que é mais bem explicado quando se relaciona o trimestre atual com seu correspondente em 2008 (Tabela 2).

Para essa comparação, tanto a agropecuária quanto a indústria apresentam resultados negativos, enquanto serviços mantêm trajetória de crescimento, no terceiro trimestre de 2009.

Nesse sentido, agropecuária teve queda de -9,0%, resultante do desempenho da pecuária, da silvicultura e alguns produtos como o trigo em grão, o café em grão, a mandioca e a laranja, segundo divulgação do IBGE.

No setor industrial, que também reduziu (-6,9%) na comparação com o terceiro trimestre de 2008, a construção civil teve a maior queda (-8,4%), seguida pela indústria de transformação (-7,9%) no terceiro trimestre de 2009.

Apenas o setor de serviços apresentou aumento de 2,1%, no período julho a setembro de 2009 comparado com igual período de 2008. As maiores contribuições para essa taxa vieram da intermediação financeira e seguros, outros serviços, serviços de informação. Em contrapartida, houve queda nos segmentos transporte, armazenagem e correio e comércio.

Pelo lado da procura, apenas o consumo das famílias e da administração pública apresentaram aumento, de 3,9% e 1,6%, respectivamente no terceiro trimestre em relação ao mesmo período do ano anterior. Investimento (-12,5%), exportação de bens e serviços (-10,1%) e importação de bens e serviços (-15,8%) tiveram redução na mesma base de comparação.

**TABELA 2**  
**Varição do PIB, por Setor e Subsetor de**  
**Atividades Econômicas**  
**Brasil – 2008 e 2009.**  
**(Trimestre sobre mesmo trimestre do ano anterior**  
**– em %)**

Setor de Atividade	2008.III	2008.IV	2009.I	2009.II	2009.III
Agropecuária	5,4	1,7	(-) 2,8	(-) 4,4	(-) 9,0
Indústria	7,3	(-) 2,5	(-) 10,4	(-) 8,6	(-) 6,9
Extrativa mineral	8,4	0,7	(-) 2,6	(-) 1,8	(-) 2
Transformação	5,9	(-) 5,6	(-) 14,0	(-) 10,8	(-) 7,9
Construção civil	11,9	2,5	(-) 9,6	(-) 9,3	(-) 8,4
Prod. E distrib. De eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana	6,2	3,5	(-) 4,2	(-) 3,8	(-) 3,3
Serviços	6,2	1,9	1,7	2,0	2,1
Comércio	10,2	(-) 1,6	(-) 6,0	(-) 3,8	(-) 2,8
Transporte, armazenagem e correio	6,3	(-) 2,3	(-) 6,2	(-) 5,4	(-) 2,9
Serviços de informação	10,0	9,0	6,4	6,8	4,5
Interm. financ., seguros, prev. compl. e serv. Relacionados	13,3	6,4	6,2	5,0	6,1
Outros serviços	5,4	3,0	5,8	6,2	4,9
Atividades imobiliárias e aluguéis	1,8	0,0	1,3	1,4	1,4
Adm. saúde e educação públicas	1,8	2,1	3,4	2,9	3,2
Valor adicionado a preços básicos	6,5	0,6	(-) 1,8	(-) 1,3	(-) 1,1
Impostos líquidos sobre produtos	10,9	2,0	(-) 4,2	(-) 3,5	(-) 2,0
<b>PIB a preços de mercado</b>	<b>7,1</b>	<b>0,8</b>	<b>(-) 2,1</b>	<b>(-) 1,6</b>	<b>(-) 1,2</b>
Despesa de consumo das famílias	9,3	3,8	1,5	3,0	3,9
Despesa de consumo da administração pública	3,4	0,3	4,3	3,9	1,6
Formação bruta de capital físico	19,0	2,7	(-) 14,2	(-) 16,0	(-) 12,5
Exportação de bens e serviços	2,1	(-) 7,2	(-) 15,4	(-) 11,4	(-) 10,1
Importação de bens e serviços (-)	22,5	7,4	(-) 15,8	16,5	(-) 15,8

Fonte: IBGE

Elaboração: DIEESE

## Emprego

O desempenho do emprego em 2009 contrasta com o crescimento desse ano que se estima igual a zero, ao expandir quase um milhão de postos de trabalho (995.110 postos de trabalho). Esta expansão no mercado de trabalho celetista representa um aumento de 3,11% em relação ao estoque de assalariados formais de dezembro do ano anterior, segundo divulgação dos dados do Cadastro Geral de Empregados e

Desempregados (CAGED) pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE (Tabela 3).

Este resultado é positivo, tendo em vista os efeitos da crise financeira mundial sobre a economia do país em 2009. A explicação para a expansão do emprego nesse contexto esta na manutenção do mercado interno sustentado pela expansão da massa salarial, mesmo no momento mais crítico da crise, no crédito e nas medidas de estímulo ao consumo, como a redução de impostos para determinados produtos.

Este dinamismo do mercado interno esta relacionado, especialmente com o desempenho da construção civil, com a criação de 177.178 postos (9,17%), do comércio, com geração de 297.157 novas vagas (4,20%), e dos serviços, que criou 500.177postos (3,93%). Setores intensivos em mão-de-obra que juntos responderam por 98% da geração destas novas vagas no ano. O resultado de 2009 foi obtido mesmo com demissões mais fortes do que a média histórica, em dezembro, com saldo negativo de 415 mil postos, abaixo apenas de dezembro de 2008, quando a redução chegou a 655 mil empregos de carteira assinada.

Todos os setores de atividade econômica geraram novos postos de trabalho em 2009, com exceção do setor de agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca que eliminou 15.369 postos, - 0,99% na comparação com o estoque do CAGED em dezembro de 2008.

Segundo divulgação do MTE, das 27 Unidades da Federação, em 25 delas houve geração de novos empregos, com destaque para São Paulo (277.573 novas vagas), Minas Gerais (90.608 postos gerados) e Rio de Janeiro (88.875 novos empregos). Apenas Amazonas, com redução de 1.408 postos, e Maranhão,

com redução de 4.784 vagas de emprego, tiveram eliminação de postos de trabalho em 2009.

**TABELA 3**  
**Evolução do Emprego Formal por Setor de Atividade Econômica no Brasil – 2008 e 2009**

Setores	2008		2009	
	Saldo	%	Saldo	%
Extrativa mineral	8.671	5,28	2.036	1,18
Indústria de Transformação	178.675	2,48	10.865	0,15
Serviços industriais de utilidade pública	7.965	2,30	4.984	1,41
Construção civil	197.868	11,42	177.185	9,17
Comércio	382.218	5,71	297.157	4,20
Serviços	648.259	5,37	500.177	3,93
<b>TOTAL</b>	<b>1.452.204</b>	<b>4,75</b>	<b>995.110</b>	<b>3,11</b>

Fonte: MTE – CAGED

Elaboração: DIEESE

### Produção

A indústria, setor mais afetado pelos efeitos da crise, vem apresentando trajetória de crescimento gradual e lento desde dezembro de 2008, quando atingiu o menor nível de produção depois da propagação da crise sobre a economia brasileira, segundo os dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) divulgados pelo IBGE referente a dezembro último (Gráfico 1).

Com base nesses dados (números índices, tendo como base: julho de 2008 igual a 100), observa-se que a produção física da indústria em dezembro de 2009 ainda esta -6,41% abaixo do patamar da produção de julho de 2008, período aqui definido como pré-crise para o setor.

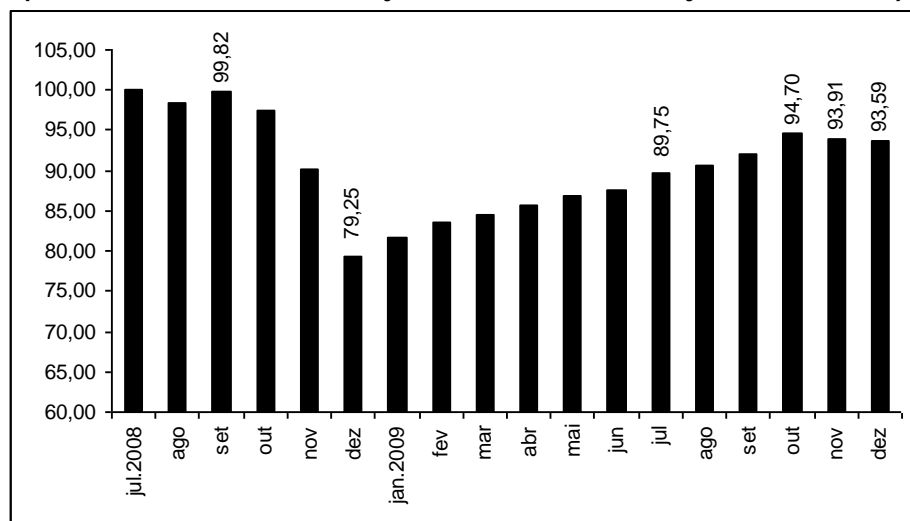
Na comparação da produção entre dezembro de 2009 e julho desse mesmo ano (dado apresentado no Boletim de Conjuntura da CNTI anterior), a indústria cresceu 4,28%.

Esse resultado, porém, não pode ser estendido para outras bases de comparação. Na análise da produção física do mês atual em relação ao mês antecedente observa-se relativa estabilidade, tanto em novembro (-0,8%, dado revisto) quanto em dezembro (-0,3%) de 2009.

No acumulado de 2009, comparado com o ano anterior, a produção física industrial no país caiu 7,4% em 2009, a maior queda desde 1990 (contração de 8,9%), segundo o IBGE. Os efeitos da crise mundial sobre as expectativas dos empresários reduziram os investimentos, e sobre a demanda externa, que afetou as exportações, foi o principal determinante da queda da atividade industrial, que teve perfil generalizado e atingiu as quatro categorias de uso e vinte e três dos vinte e sete ramos pesquisados pelo IBGE.

**GRÁFICO 1**  
**Produção Física Industrial no Brasil**  
**Julho de 2008 a julho de 2009.**

(Índice de base fixa com ajuste sazonal – base: julho/2008=100)



Fonte: IBGE  
Elaboração: DIEESE

Sob essa mesma base de comparação, a indústria extrativa retraiu -8,79% e a indústria de transformação -7,33% refletindo o comportamento da produção do setor industrial.

### Utilização Média da Capacidade Instalada

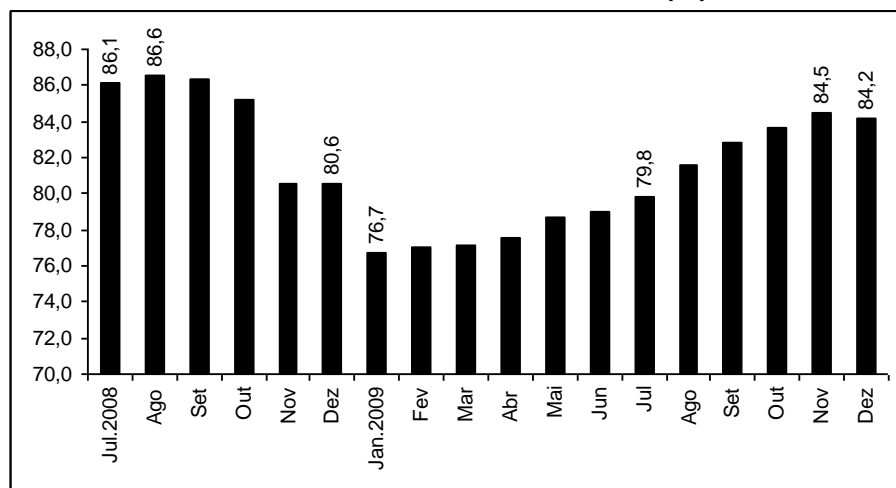
O processo de retomada da produção industrial também é percebido pelo comportamento dos dados sobre a utilização média da capacidade instalada.

A utilização média da capacidade instalada da indústria de transformação (calculada pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, sem ajuste sazonal) apresentou crescimento de 5,51% em dezembro de 2009 em relação a julho desse mesmo ano.

Em dezembro de 2009, em relação a novembro, a utilização média da capacidade instalada na indústria teve leve redução de -0,36%.

Em 2009, a indústria terminou o ano com o nível médio de utilização de capacidade no patamar de 84,2% (Gráfico 2), ou seja, 3,6 pontos percentuais acima do nível verificado em dezembro de 2008. Não obstante essa recuperação, o Nível de Utilização da Capacidade Instalada da Indústria - NUCI médio ainda está longe do patamar recorde da série histórica (87,2% em novembro de 2007), indicando que a indústria ainda possui margem para crescer sem pressões inflacionárias.

**GRÁFICO 2**  
**Utilização Média da Capacidade Instalada no Brasil**  
**Julho de 2008 a Julho de 2009 - (%)**



Fonte: Fundação Getúlio Vargas  
 Elaboração: DIEESE

## Comércio

O desempenho positivo da atividade econômica, apesar de pautado pelo aquecimento da demanda interna tem se tornado elemento de grande discussão quanto à adoção de possíveis medidas no âmbito da política econômica no país para impedir o processo inflacionário. O ritmo acelerado do consumo interno, desta forma, pode consumir toda a capacidade instalada, antes da ampliação desta com a efetivação dos investimentos, o que por sua vez levaria a elevação dos preços na economia.

Esse debate tem sido reforçado com a divulgação dos dados sobre volume de vendas no comércio em novembro de 2009, que por consequência ressalta a possibilidade de aumento da taxa básica de juros e as complicações quanto à variação cambial.

Em consonância com os dados sobre o terceiro trimestre de 2009, que demonstram a manutenção do aumento do consumo, o volume de vendas no comércio também cresceu 4,74% entre novembro de 2009 e junho de 2009 (Gráfico 3).

Em novembro, pelo sétimo mês consecutivo, segundo a Pesquisa Mensal do Comércio - PMC-IBGE, as vendas no comércio tiveram crescimento. Nas comparações obtidas das séries sem ajuste, no acumulado do ano, de janeiro a novembro de 2009, o setor seguiu com índices confortáveis de desempenho, tanto em relação ao volume de vendas, com alta de 5,5%, quanto à receita nominal, com crescimento de 9,8% em relação ao mesmo período de 2008. Ao analisar os índices de novembro de 2009 com o mesmo mês do ano anterior, verificamos que o incremento no volume de vendas foi de 8,7% e na receita nominal de 11%.

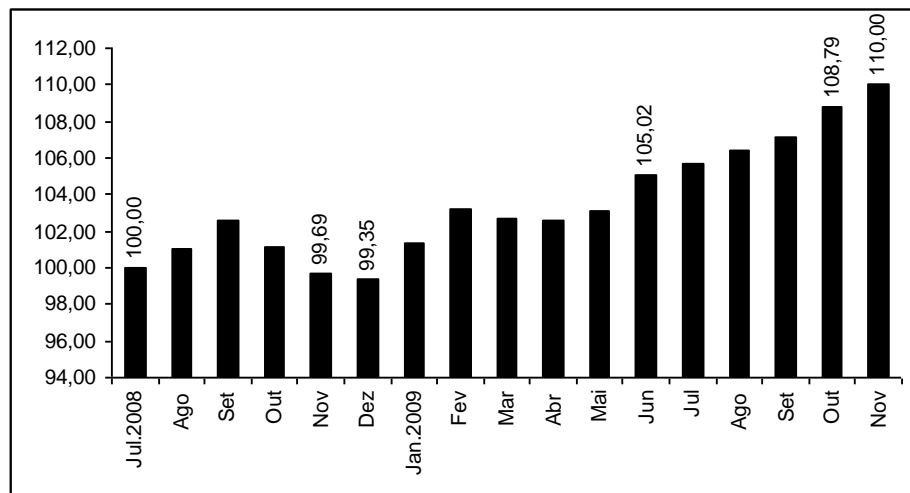
O desempenho do comércio esta pautado na expansão do consumo das famílias que por sua vez é impulsionado pelo emprego, pelo crédito e aumento do salário mínimo.

Outra questão que merece destaque envolve as reduções de Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI), que tinham prazo definido, que fizeram com que o consumidor antecipasse compras, especialmente de bens duráveis, como mostra o desempenho recorde da indústria automobilística no ano passado. O consumidor que adquiriu um carro em 2009, ou uma geladeira nova, presumivelmente não deve voltar a fazê-lo neste ano. Isto é, antecipar o consumo de um bem poderá deprimir o crescimento do consumo desse bem em algum momento no futuro.

GRÁFICO 3

Índice de Volume de Vendas no Comércio Varejista (com ajuste sazonal)

Brasil - jul/08 a dez/09



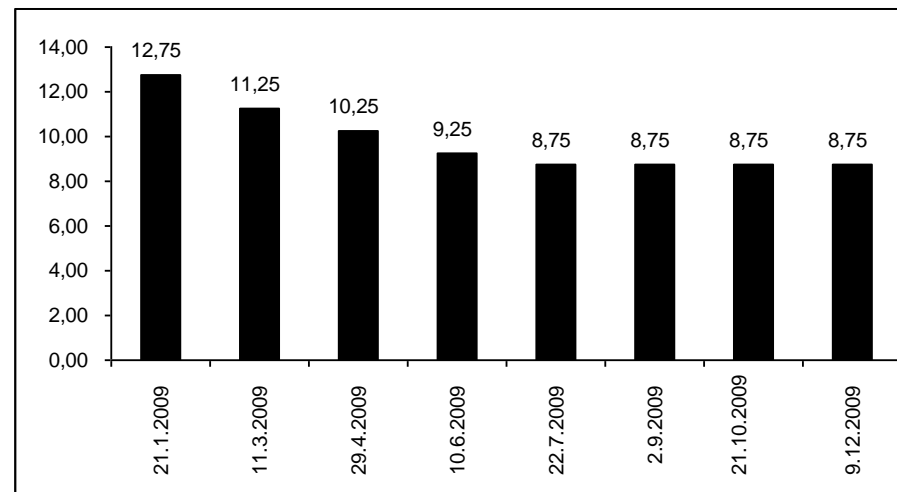
Fonte: IBGE  
Elaboração: DIEESE

### Taxa de juros

Este fato vai em sentido contrário à posição daqueles que supõem que o ritmo de consumo irá suprimir a capacidade ociosa, gerando inflação, sendo necessário antecipar ações que impeçam esse movimento, como a elevação da taxa básica de juros da economia, a Selic, que desde 22/07/2009 vem se apresentando fixa em 8,75% (Gráfico 4)). O aumento da taxa preocupa, pois pode frear a trajetória de crescimento da economia, que se inicia, já em 2010 e em 2011.

GRÁFICO 4

Decisões do Copom sobre a Meta da Taxa Selic  
2008-2009 - % a.a



Fonte: Banco Central do Brasil  
Elaboração: DIEESE

A argumentação contrária à elevação da taxa de juros pauta-se nos dados sobre a NUCI média das categorias de uso. Dentre estas, a de bens de consumo (duráveis e não duráveis) juntamente com de bens intermediários que contribuíram para o aumento da utilização média da capacidade instalada na indústria. O destaque é bens de consumo duráveis que teve o incentivo fiscal localizado no tempo, como a redução de IPI para automóveis e eletrodomésticos da "linha branca". Ao final desse incentivo, esta categoria não teria potencial para consumir a capacidade ociosa, que apresentaria estabilidade. Por outro lado, a categoria bens de capital, que vem apresentando trajetória de crescimento através do aumento dos investimentos, o NUCI esta longe do máximo, dado que sofreu forte depressão no período da crise.

Nesse sentido, o aumento da taxa de juros não se justificaria, pois a aceleração da ampliação da utilização da capacidade instalada se daria por categoria que apresenta razoável margem de capacidade ociosa. Não ocorreria, desta forma, elevação dos preços por este motivo.

A inflação, assim, se manteria em 2010 sem grandes variações, contribuindo para manter os preços internos relativamente estáveis, dentro da meta estipulada pela Autoridade Monetária, a exemplo do que ocorreu nos últimos três anos. Em 2009 fechou em 4,31%, 1,59 ponto percentual abaixo do que foi verificado em 2008 (variação de 5,90%), segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (INPC)-IBGE (Tabela 4).

**TABELA 4**  
**Variação Mensal e Acumulada da Inflação no Brasil**  
**2006 - 2009**

Período	(Em %)		
	ICV-DIEESE	INPC-IBGE	IPCA-IBGE
2006	2,57	2,81	3,14
2007	4,80	5,16	4,46
2008	6,11	6,48	5,90
<b>Janeiro.2009</b>	0,69	0,64	0,48
Fevereiro	0,02	0,31	0,55
Março	0,40	0,20	0,20
Abril	0,31	0,55	0,48
Mai	0,23	0,60	0,47
Junho	0,05	0,42	0,36
Julho	0,49	0,23	0,24
Agosto	0,30	0,08	0,15
Setembro	0,27	0,16	0,24
Outubro	0,53	0,24	0,28
Novembro	0,60	0,37	0,41
Dezembro	0,08	0,24	0,37
<b>Acumulado Data-base</b>			
<b>janeiro de 2010</b>	<b>4,05</b>	<b>4,11</b>	<b>4,31</b>

Fonte: IBGE e DIEESE

Além do temor a elevação da inflação, o problema da valorização cambial continua sendo grave, especialmente se a perspectiva da análise conjuntural for de médio prazo e se as preocupações referirem-se às questões estruturais da economia brasileira. Em 2010 o país deverá continuar aumentando as importações, o que irá agravar o déficit em transações correntes, mas em patamar que ainda poderá ser coberto pela poupança externa. Mesmo porque o Brasil deve bater recorde neste ano de entrada de investimento direto estrangeiro, estimada em 35 bilhões de dólares, superando o valor de 2000, quando ainda estava em curso o processo de privatizações. Mesmo com saldo ainda positivo na balança comercial, o déficit em transações correntes pode chegar a 3% do PIB. O risco, na verdade, não está em 2010, e sim na possibilidade de um agravamento do déficit estrutural em conta corrente, especialmente danoso se a recuperação da economia mundial, como prevêem alguns analistas, tiver o formato em “W” (queda-recuperação-queda-recuperação), o que implica em uma nova recessão mundial no médio prazo.

Neste contexto, merecem atenção as recentes mudanças no comportamento da taxa de câmbio no Brasil, que vem apresentando um ajuste discreto e gradual. Os dois vetores principais para esta mudança são o rápido agravamento do déficit em transações correntes do balanço de pagamentos e a possibilidade de elevação das taxas de juros no EUA e na Europa, já a partir do segundo semestre. O déficit externo brasileiro, que ficou em torno de US\$ 20 bilhões no ano passado, pode superar os US\$ 45 bilhões em 2010, o que irá aumentar a demanda por dólares. Na mesma direção trabalha uma possível elevação dos juros nos países ricos. Em um regime de flutuação cambial “suja” como o do Brasil – isto é, em que o Banco Central intervém no mercado comprando ou

ofertando dólares para manter a taxa de câmbio em determinado patamar - a deterioração da conta corrente do balanço de pagamento, somada a outros fatores, leva naturalmente à depreciação da moeda nacional. É fundamental que a depreciação do real, se mantida, ocorra de forma gradual, evitando ao máximo a pressão sobre a inflação. A julgar pela tradição do Comitê de Política Monetária, do Banco Central Brasileiro, e pelo efeito nefasto que um repique inflacionário acarretaria à candidatura à Presidência da República apoiada pelo atual governo, se os preços mudarem de trajetória muito rapidamente será inevitável um novo ciclo de elevação dos juros básicos da economia.

## II – DESEMPENHO DA INDÚSTRIA

Apesar da produção física industrial brasileira recuar 7,4% em 2009, o processo de recuperação da atividade industrial, com base no mercado interno, nas melhores condições do mercado de crédito e de trabalho e aumento das expectativas dos consumidores e empresários será responsável pelo desempenho positivo em 2010.

A indústria consolida o processo de recuperação depois dos impactos da crise financeira mundial, em função da retração da demanda externa, do crédito ao comércio exterior, e do ciclo de estoques e da permanência de alta taxa de juros no ano de 2008. Tudo isso, contribuiu para que a indústria em 2009 retraísse em comparação ao ano anterior.

Em contrapartida, indicadores do nível de produção e de geração de postos de trabalho formal em 2009 evidenciam um

cenário de acentuado crescimento para 2010, da economia nacional e, conseqüentemente, da produção industrial.

Os principais segmentos da indústria que sofreram com o processo de desaceleração econômica estão ligados ao mercado externo. Com a mudança nas expectativas dos agentes econômicos houve adiamento de gastos com consumo, num primeiro momento e, principalmente, de investimentos, que ampliariam a capacidade instalada da economia gerando trabalho e renda, contribuindo para a retração da atividade industrial em 2009.

### II. 1 Produção

A queda da atividade industrial teve perfil generalizado e atingiu as quatro categorias de uso e do total dos ramos industriais pesquisados pelo IBGE, apenas quatro tiveram aumento na comparação ano a ano em 2009.

A retração do investimento no país e das exportações de manufaturados e commodities impactou fortemente o setor produtor de bens de capital, cuja produção encolheu 17,4% no acumulado de 2009 em relação a igual período de 2008. A reação desse setor no segundo semestre de 2009, quando assumiu a liderança do crescimento da indústria, não foi suficiente para neutralizar o forte impacto inicial (Tabela 5).

O setor produtor de bens intermediários também sofreu com a queda nas exportações, respondendo pela segunda maior queda (-8,8%) entre os setores da categoria de uso. Além disso, esse segmento, que é o de maior peso na estrutura industrial brasileira, sofreu o impacto negativo da retração da demanda interna por insumos industriais, com a queda da atividade econômica.

Da mesma maneira, sendo afetado pela queda da atividade mundial e, conseqüentemente da procura, o segmento produtor de bens de consumo duráveis registrou queda de produção da ordem de 6,4% em 2009, mesmo sendo diretamente beneficiado pelas medidas de política anticíclica, notadamente a desoneração tributária para automóveis e eletrodomésticos de “linha branca”, que ajudou a manter o consumo das famílias.

Já o setor de bens semiduráveis e não-duráveis praticamente não foi afetado pela crise, já que o emprego e a massa de rendimentos reais da população foram preservados por políticas de renda. Certamente devido ao impacto da queda da exportação em alguns ramos de alimentos e pela retração doméstica da produção em segmentos como vestuário e têxtil, esse setor teve queda de 1,6% em 2009.

Na comparação novembro e dezembro, descontados os efeitos da sazonalidade, após queda de 0,8% em novembro (dados revistos), a produção física industrial brasileira retraiu 0,3%. Nessa base de comparação, três dos quatro segmentos da indústria por categoria de uso registraram variação positiva: bens intermediários (1,0%), bens de consumo semiduráveis e não-duráveis (0,4%) e bens de capital (0,2%). A única exceção foi o segmento produtor de bens de consumo duráveis, que, pelo segundo mês consecutivo, registrou queda (-4,9%), sugerindo uma acomodação após crescimento ao longo de 2009, influenciado principalmente pelos incentivos fiscais para automóveis e eletrodomésticos da “linha branca”.

Em síntese, a produção industrial por categoria de uso em 2009 teve queda generalizada, com destaque para bens de capital, que apresentou a maior, seguido por bens intermediários e bens de consumo duráveis, conseqüência da retração da demanda externa e da atividade econômica doméstica, na comparação com o ano anterior.

O setor de bens de capital, apesar disso, no último quadrimestre vem liderando o crescimento, com uma variação de 18,30% acumulada nesses quatro meses, na comparação mês sobre mês imediatamente anterior. Na seqüência vem a produção de bens intermediários (7,22%), seguido por bens de consumo (2,41%) e de semi e não duráveis (1,98%), na mesma base de comparação. Em contrapartida, o setor de bens de consumo duráveis teve queda de -1,01% no período.

**TABELA 5**  
**Indicadores da Produção Industrial por Categoria de Uso**  
**Brasil – Agosto a Dezembro de 2009**

Categoria de Uso	Variação em % - mês sobre mês imediatamente anterior				
	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro
Bens de Capital	0,75	5,49	4,84	5,90	0,25
Bens Intermediários	0,94	1,80	1,20	2,06	1,02
Bens de Consumo	1,26	0,44	1,92	-0,58	-0,63
Duráveis	2,89	-0,74	7,52	-5,20	-4,90
Semi e não Duráveis	0,76	-0,08	1,31	-0,45	0,44

Categoria de Uso	Variação em % - acumulado 12 meses sobre igual período do ano anterior				
	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro
Bens de Capital	-12,93	-16,52	-19,29	-19,74	-17,42
Bens Intermediários	-11,30	-12,38	-12,40	-11,45	-8,84
Bens de Consumo	-4,65	-5,76	-5,80	-4,55	-2,72
Duráveis	-14,13	-15,71	-15,42	-11,80	-6,38
Semi e não Duráveis	-1,54	-2,48	-2,63	-2,20	-1,57

Fonte: IBGE

Elaboração: DIEESE

Ao observar os dados da produção física industrial, entre julho de 2008 e dezembro de 2009, percebe-se que tanto a indústria extrativa quanto indústria de transformação e, por conseqüência a indústria geral vem retornando ao nível da produção anterior à crise, de forma gradual.

Apesar disso, no acumulado de 2009 comparado com o ano anterior, a indústria geral, extrativa e de transformação apresentaram retração, mostrando que o processo de retomada da atividade industrial não foi suficiente para compensar as perdas com a crise global.

Dos 26 segmentos da indústria de transformação, 22 apresentaram queda, dos quais 8 tiveram taxas negativas superiores a 12% (Tabela 6). As maiores retrações foram Material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicações (-25,51%), Máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-20,56%), Máquinas e equipamentos (-18,50%), Madeira (-17,66%), Metalurgia básica (-17,54%), Produtos de metal – exclusive máquinas e equipamentos (-14,65%), Veículos automotores (-12,37%) e Equipamentos de instrumentação médico-hospitalar, ópticos e outros (-12,04%).

Por outro lado, apenas 4 segmentos tiveram variação positiva na comparação anual entre 2009 e 2008: farmacêutica (7,91%), bebidas (7,06%), Perfumaria, sabões, detergentes e produtos de limpeza (4,68%) e Outros equipamentos de transporte (2,35%).

O contexto da produção industrial geral é de retorno gradual ao nível verificado no período que antecede à propagação dos efeitos da crise financeira internacional no país.

Outros indicadores da indústria disponíveis sinalizam um melhor cenário da economia brasileira em 2010, como é o caso das informações a respeito do mercado formal de trabalho deste setor.

**TABELA 6**  
**Varição Acumulada na Produção Física de Setores de Atividade na Indústria Brasil - 2009**

Seções e atividades industriais	Acumulado em 2009
Material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicações	-25,51
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-20,56
Máquinas e equipamentos	-18,50
Madeira	-17,66
Metalurgia básica	-17,54
Produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	-14,65
Veículos automotores	-12,37
Equipamentos de instrumentação médico-hospitalar, ópticos e outros	-12,04
Borracha e plástico	-9,29
<b>Indústria extrativa</b>	<b>-8,79</b>
Calçados e artigos de couro	-8,57
Vestuário e acessórios	-7,86
Diversos	-7,86
<b>Indústria geral</b>	<b>-7,41</b>
<b>Indústria de transformação</b>	<b>-7,33</b>
Máquinas para escritório e equipamentos de informática	-6,62
Têxtil	-6,38
Minerais não metálicos	-4,64
Outros produtos químicos	-4,35
Mobiliário	-2,87
Edição, impressão e reprodução de gravações	-2,68
Fumo	-2,36
Alimentos	-1,70
Celulose, papel e produtos de papel	-1,41
Refino de petróleo e álcool	-0,77
Outros equipamentos de transporte	2,35
Perfumaria, sabões, detergentes e produtos de limpeza	4,68
Bebidas	7,06
Farmacêutica	7,91

Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Mensal

Elaboração: DIEESE

## II.2 Emprego

Apesar da geração de 995.110 postos de trabalho em 2009, a indústria de transformação apresentou saldo, entre admitidos e desligados no mercado de trabalho celetista, de apenas 10.865 postos ou variação de 0,15%. Este resultado reflete os impactos negativos da crise sobre o setor, registrando um modesto saldo positivo.

Cabe destacar que foi a primeira vez desde fevereiro de 2009, que a indústria de transformação obteve saldo positivo no acumulado de 12 meses.

Os segmentos industriais que mais eliminaram postos de trabalho foram a Indústria Metalúrgica (-27.162 postos ou -3,62%), Indústria de Materiais de Transporte (-17.538 ou -3,44%), a Indústria Mecânica (-13.885 ou -2,63%) e a Indústria de Materiais elétricos e comunicações (-11.331 ou -4,23%).

Em contrapartida, os ramos industriais que mais empregaram foram as Indústrias de Produtos Alimentícios (41.203 ou postos ou 2,28%), Química (15.112 postos ou 2,06%), Calçados (13.387 postos ou 4,30%) e Têxtil (11.844 postos ou 1,23%).

Ao analisar os dados da produção industrial e da geração de empregos formais em 2009 percebe-se que os setores mais afetados pela queda da produção também foram os que mais demitiram.

**TABELA 7**  
**Evolução Acumulada do Emprego Celetista no Brasil 2008 e 2009**

Setores	2008		2009	
	Saldo	%	Saldo	%
<b>Extrativa mineral</b>	<b>8.671</b>	<b>5,28</b>	<b>2.036</b>	<b>1,18</b>
<b>Indústria de Transformação</b>	<b>178.675</b>	<b>2,48</b>	<b>10.865</b>	<b>0,15</b>
Indústria de produtos minerais não metálicos	13.170	3,73	4.484	1,23
Indústria metalúrgica	31.879	4,44	-27.162	-3,62
Indústria mecânica	23.515	4,65	-13.885	-2,63
Indústria do material elétrico e de comunicações	9.011	3,49	-11.331	-4,23
Indústria do material de transporte	14.680	2,97	-17.538	-3,44
Indústria da madeira e do mobiliário	-12.857	-2,78	-4.745	-1,06
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	11.882	3,16	-513	-0,13
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	-2.899	-0,90	9	0,00
Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, ...	19.459	2,73	15.112	2,06
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	22.009	2,33	11.844	1,23
Indústria de calçados	-8.703	-2,72	13.387	4,30
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	57.529	3,29	41.203	2,28
<b>Serviços industriais de utilidade pública</b>	<b>7.965</b>	<b>2,30</b>	<b>4.984</b>	<b>1,41</b>
<b>Construção civil</b>	<b>197.868</b>	<b>11,42</b>	<b>177.185</b>	<b>9,17</b>
<b>Comércio</b>	<b>382.218</b>	<b>5,71</b>	<b>297.157</b>	<b>4,20</b>
Comércio varejista	311.039	5,56	249.439	4,22
Comércio atacadista	71.179	6,48	47.718	4,08
<b>Serviços</b>	<b>648.259</b>	<b>5,37</b>	<b>500.177</b>	<b>3,93</b>
Instituições de crédito, seguros e capitalização	22.081	3,90	3.483	0,59
Com. e administração de imóveis, valores mobiliários, serv. técnico...	237.829	7,50	166.957	4,90
Transportes e comunicações	89.464	5,57	50.943	3,01
Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação, r...	184.011	4,21	162.053	3,56
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	77.619	6,32	78.858	6,04
Ensino	37.255	3,26	37.883	3,21
<b>Administração pública direta e autárquica</b>	<b>10.316</b>	<b>1,35</b>	<b>18.075</b>	<b>2,33</b>
<b>Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal...</b>	<b>18.232</b>	<b>1,18</b>	<b>-15.369</b>	<b>-0,99</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.452.204</b>	<b>4,75</b>	<b>995.110</b>	<b>3,11</b>

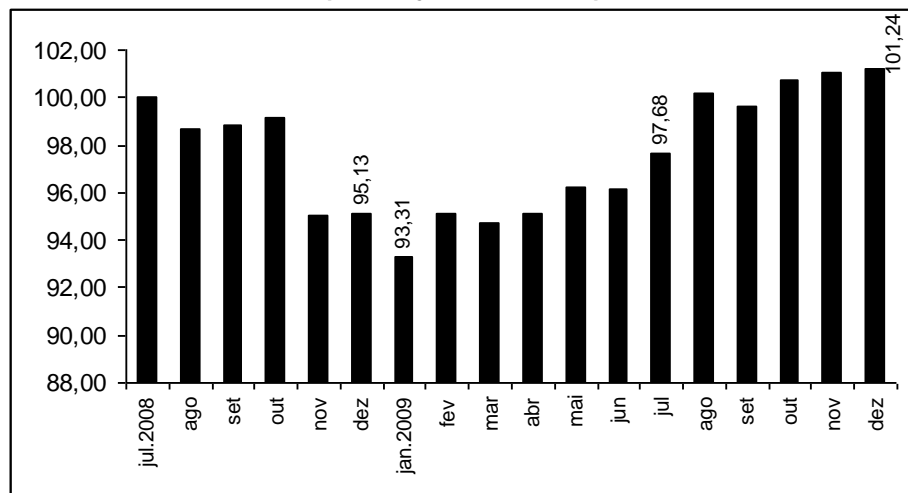
Num contexto mais geral, a indústria de transformação vem apresentando mensalmente taxas de variação crescentes evidenciando a recuperação na geração de novos postos de trabalho formal.

## II.3 – Setores Selecionados

### II.3.1 1 Papel e Celulose

A produção física de papel e celulose cresceu 3,64% entre julho e dezembro de 2009, segundo os dados da PIM deste último mês divulgados pelo IBGE. A partir de outubro, a trajetória da produção deste segmento tem se mantido acima do patamar anterior à crise, porém, vem apresentando relativa estabilidade em novembro e dezembro (Gráfico 5).

**GRÁFICO 5**  
Índice da Produção Física da Indústria de Celulose, Papel e Produtos de Papel no Brasil – Julho de 2008 a Dezembro de 2009  
(base: julho/08=100)



Fonte: IBGE  
Elaboração: DIEESE

Em dezembro de 2009, o subsetor de papel e celulose aumentou 6,42%, na comparação com dezembro de 2008%. Cabe ressaltar que a base de comparação sofreu forte achatamento em consequência dos desdobramentos da crise.

No acumulado de 12 meses encerrados em dezembro de 2009, a produção do setor apresentou queda de -1,41%, em relação a igual período do ano anterior.

Segundo dados da Bracelpa (Associação Brasileira de Celulose e Papel), em 2009, a produção (em toneladas) de celulose variou positivamente 6,0%, enquanto a de papel -0,7%, respectivamente, em 2009, quando comparado com o ano anterior (ver Tabela 8).

**TABELA 8**  
Produção, Importação e Exportação de Papel e Celulose  
Brasil – 2008 a 2009

Celulose (em 1.000 toneladas)	2008		2009			Variação - %		
	Jan-Dez. (A)	Dez.(B)	Jan-Dez. (C)	Nov. (D)	Dez¹. (E)	E/D	E/B	C/A
Produção	12.697	1.114	13.461	1.121	1.199	7,0	7,6	6,0
Vendas Domésticas	1.209	112	1.426	133	136	2,3	21,4	17,9
Exportações²	7.040	524	8.229	723	709	-1,9	35,3	16,9
Importações²	325	30	359	33	23	-30,3	-23,3	10,5
Consumo Aparente	5.982	620	5.591	431	513	19,0	-17,3	-6,5

Papel (em 1.000 toneladas)	2008		2009			Variação - %		
	Jan-Dez. (A)	Dez.(B)	Jan-Dez. (C)	Nov. (D)	Dez¹. (E)	E/D	E/B	C/A
Produção	9.409	761	9.341	804	796	-1,0	4,6	-0,7
Vendas Domésticas	5.118	404	4.993	444	441	-0,7	9,2	-2,4
Exportações²	1.982	143	2.008	161	196	21,7	37,1	1,3
Importações²	1.328	96	1.085	93	104	11,8	8,3	-18,3
Consumo Aparente	8.755	714	8.418	736	704	-4,3	-1,4	-3,8

¹ Estimado

Fonte: ² SECEX / Bracelpa - Associação Brasileira de Papel e Celulose

Com essa mesma base de comparação, venda, exportação e importação de celulose tiveram crescimento superior a 10% em 2009. Tal resultado se mostra positivo diante da crise. Por outro lado, o consumo aparente foi o único que apresentou queda.

A importação de celulose cresceu 10,5% em relação a 2008, enquanto a exportação teve aumento 16,9%.

O consumo aparente (produção interna mais importação subtraído as exportações) apresentou taxa de -6,5% em 2009, comparativamente a 2008.

A produção em toneladas de papel apresentou taxa negativa de -0,7% em 2009 quando comparado com o ano anterior. Vendas domésticas (-2,4%), importação (-18,3%) e consumo aparente (-3,8%) também tiveram variações negativas, apenas exportação (1,3%) apresentou crescimento, nesta base de comparação.

A balança comercial da indústria do papel e celulose em US\$ milhões de dólares (FOB – Livre de fretes) em 2009 refletiu os efeitos da crise sobre o setor, diferentemente do desempenho em volume, que mesmo tendo saldo positivo de US\$ 3.662 milhões (US\$ 3.073 milhões proveniente do saldo de celulose e US\$ 589 milhões de papel) resultou em variação negativa de -11,2% na relação com o ano anterior (que apresentou saldo de US\$ 4.126 milhões), segundo a Bracelpa.

Entre janeiro e novembro de 2009, ocorreu um redirecionamento do destino das exportações de celulose, com aumento da participação da China de 17% para 32% e redução do percentual da Europa de 52% para 40%, quando comparado com igual período de 2008. Essa alteração quanto ao destino das exportações pode ser explicada pela queda da atividade econômica nos países europeus em consequência da crise financeira mundial.

O retorno da produção física de papel e celulose ao nível anterior à crise e as informações da Bracelpa sobre as vendas domésticas e exportação de celulose em toneladas reforça a

consolidação da recuperação deste setor, apesar de ainda não ter compensado as perdas.

A evolução no mercado formal de trabalho é outro indicador que confirma os dados da produção deste setor, com a geração de postos de trabalho, a partir de maio e com mais intensidade depois de agosto de 2009. Esse desempenho só não foi melhor devido à eliminação de 2.296 postos em dezembro, fato sazonal que contribuiu para o saldo negativo em 2009, com a perda de 513 postos (Tabela 9).

**TABELA 9**  
**Evolução do Emprego Formal na Indústria do Papel, Papelão, Editorial e Gráfica no Brasil - 2008 e 2009**

<b>Período</b>	<b>Admitidos</b>	<b>Desligados</b>	<b>Saldo</b>
<b>Jan.2008</b>	11.952	9.852	2.100
Fev	11.650	10.590	1.060
Mar	11.732	10.395	1.337
Abr	12.316	10.742	1.574
Mai	11.430	9.807	1.623
Jun	11.808	9.902	1.906
Jul	12.263	11.581	682
Ago	12.790	10.821	1.969
Set	13.385	10.454	2.931
Out	12.761	11.157	1.604
Nov	9.963	10.556	-593
Dez	5.706	10.017	-4.311
<b>Total 2008</b>	<b>137.756</b>	<b>125.874</b>	<b>11.882</b>
<b>Jan.2009</b>	9.543	11.117	-1.574
Fev	8.672	10.681	-2.009
Mar	9.417	12.064	-2.647
Abr	9.436	10.824	-1.388
Mai	10.209	9.781	428
Jun	10.071	9.929	142
Jul	11.035	10.505	530
Ago	11.895	9.872	2.023
Set	12.379	9.757	2.622
Out	12.075	9.642	2.433
Nov	10.896	9.673	1.223
Dez	7.557	9.853	-2.296
<b>Total 2009</b>	<b>123.185</b>	<b>123.698</b>	<b>-513</b>

Fonte: CAGED/MTE  
 Elaboração: DIEESE

O setor de papel e celulose teve perdas de postos de trabalho em 11 estados em 2009, com destaque para São Paulo, com eliminação de 1.386 vagas, e o Amazonas, com perda de 280 postos. Por outro lado, 15 estados geraram novos empregos, especialmente Santa Catarina (463 novas vagas) e Mato Grosso do Sul (com a criação de 406 postos). Apenas o Acre apresentou saldo zero (Tabela 10).

**TABELA 10**  
**Evolução do Emprego Celetista por Unidade da Federação no Subsetor do Papel e Celulose no Brasil – 2008 e 2009**

Unidade da Federação	Saldo	
	2008	2009
Rondônia	-62	11
Acre	8	0
Amazonas	-81	-280
Roraima	3	-11
Pará	286	-77
Amapá	119	79
Tocantis	13	-32
Maranhão	115	65
Piauí	55	-18
Ceará	274	306
Rio Grande do Norte	-7	-100
Paraíba	119	7
Pernambuco	539	88
Alagoas	66	29
Sergipe	-25	-72
Bahia	510	62
Minas Gerais	1.241	-99
Espírito Santo	296	10
Rio de Janeiro	339	6
São Paulo	5.875	-1.386
Paraná	373	66
Santa Catarina	617	463
Rio Grande do Sul	412	-241
Mato Grosso do Sul	347	406
Mato Grosso	84	-36
Goiás	349	120
Distrito Federal	17	121
<b>Brasil</b>	<b>11.882</b>	<b>-513</b>

Fonte: CAGED/MTE  
 Elaboração: DIEESE

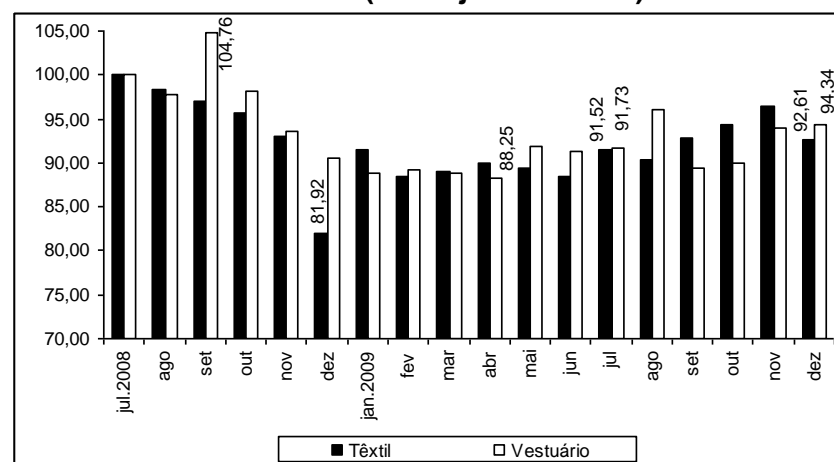
## II.1.2 Setor Têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos

A indústria têxtil e do vestuário ainda não atingiu o nível de produção anterior à crise, apesar de apresentar trajetória de crescimento gradual de setembro a novembro de 2009, quando se compara mês atual com o imediatamente anterior (Gráfico 6).

Entre agosto e dezembro de 2009, o setor vestuário apresentou elevação de 2,85% e o têxtil de 1,19%. Já na comparação dezembro com o mês imediatamente anterior, vestuário cresceu 0,45% e o têxtil teve variação negativa de -4,05%.

Os dados divulgados pelo IBGE, mostram que no acumulado de 12 meses em dezembro, comparado com igual período de 2008, a produção do setor têxtil caiu -6,38% e a do vestuário e acessórios -7,86%.

**GRÁFICO 6**  
**Índice da Produção Física da Indústria de Têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos no Brasil – Julho de 2008 a Dezembro de 2009 (base: julho/08=100)**



Fonte: IBGE  
 Elaboração: DIEES

As exportações também tiveram queda, passando de U\$\$ 1,6 bilhão em 2008 para U\$\$ 1,09 bilhão em 2009, de janeiro a novembro de cada ano, segundo dados da Associação Brasileira da Indústria Têxtil (ABIT). Os principais destinos da exportação do setor são Argentina, Estados Unidos da América – USA, Paraguai, México e Venezuela, e todos estes mercados tiveram redução no faturamento quando comparado os valores apurados em 2009 em relação a 2008, durante o período janeiro a novembro.

Ainda segundo a ABIT, as importações decresceram, assim como as exportações, saindo de U\$\$ 3,524 bilhão de janeiro a novembro de 2008 a U\$\$ 3,178 bilhões no mesmo período de 2009. O Brasil importa têxtil e confecções em primeiro lugar da China e em segundo da Índia. De janeiro a novembro de 2009 foram importados U\$\$ 1,259 bilhão contra U\$\$ 1,295 bilhão em 2008 nesse mesmo espaço de tempo. Além desses países, o país importa produtos têxteis e de confecção da Indonésia, Argentina, EUA.

Esse cenário de recuperação no setor esta alinhado com os dados do CAGED, que demonstram a geração de 11.844 postos de trabalho em 2009 (ver Tabela 11).

O setor têxtil e de vestuário gerou 11.395 postos de trabalho de agosto a dezembro de 2009, mesmo com a eliminação de 22.285 postos neste último.

**TABELA 11**  
**Evolução do Emprego Formal na Indústria Têxtil,**  
**do vestuário e artefatos de tecidos no Brasil –**  
**Julho de 2008 a Dezembro de 2009**

<b>Período</b>	<b>Admitidos</b>	<b>Desligados</b>	<b>Saldo</b>
<b>Jan.2008</b>	34.990	31.392	3.598
Fev	40.227	37.394	2.833
Mar	43.583	36.180	7.403
Abr	42.964	38.104	4.860
Mai	39.974	34.880	5.094
Jun	43.782	35.724	8.058
Jul	45.322	40.233	5.089
Ago	44.933	36.988	7.945
Set	47.181	37.151	10.030
Out	42.562	38.757	3.805
Nov	30.321	37.681	-7.360
Dez	11.940	41.286	-29.346
<b>Total 2008</b>	<b>467.779</b>	<b>445.770</b>	<b>22.009</b>
<b>Jan.2009</b>	28.596	32.955	-4.359
Fev	33.313	38.717	-5.404
Mar	38.534	39.477	-943
Abr	37.317	36.989	328
Mai	36.778	34.654	2.124
Jun	37.685	35.115	2.570
Jul	41.505	35.372	6.133
Ago	42.296	33.058	9.238
Set	46.035	35.533	10.502
Out	42.342	32.537	9.805
Nov	35.223	31.088	4.135
Dez	15.320	37.605	-22.285
<b>Total 2009</b>	<b>434.944</b>	<b>423.100</b>	<b>11.844</b>

Fonte: CAGED/MTE  
Elaboração: DIEESE

Os principais Estados responsáveis pelo saldo positivo entre admitidos e desligados em 2009 foram Santa Catarina (6.421), Ceará (3.453), Rio de Janeiro (2.155) e Rio Grande do Sul (1.085), conforme apresentado na Tabela 12. Em contrapartida, os que apresentaram redução de empregos em 2009 foram

Minas Gerais (-1.437), Rio Grande do Norte (-951), Pará (-269), Goiás (-269) e São Paulo (-247).

**TABELA 12**  
**Evolução do Emprego Celetista na Indústria Têxtil e do Vestuário por Unidade da Federação no Brasil – 2008 e 2009**

Unidade da Federação	Saldo	
	2008	2009
Rondônia	39	21
Acre	7	-37
Amazonas	-346	-136
Roraima	4	1
Pará	-243	-269
Amapá	28	18
Tocantis	-10	-18
Maranhão	-1	-40
Piauí	357	64
Ceará	4.749	3.453
Rio Grande do Norte	3.240	-951
Paraíba	-470	431
Pernambuco	942	384
Alagoas	83	33
Sergipe	-273	-114
Bahia	-227	532
Minas Gerais	729	-1.437
Espírito Santo	-283	183
Rio de Janeiro	2.053	2.155
São Paulo	2.627	-247
Paraná	3.329	-185
Santa Catarina	3.148	6.421
Rio Grande do Sul	1.962	1.085
Mato Grosso do Sul	383	797
Mato Grosso	46	-34
Goiás	73	-269
Distrito Federal	63	3
<b>Brasil</b>	<b>22.009</b>	<b>11.844</b>

Fonte: CAGED/MTE  
Elaboração: DIEESE

### II.1.3 Setor Calçadista

A produção do setor de calçados atingiu o nível observado em julho de 2008 (Gráfico 7). De agosto a dezembro de 2009 a produção cresceu 13,72%. Esse desempenho contou com o incentivo da manutenção da taxa antidumping de U\$\$ 12,47 por par de calçado chinês importado para o Brasil, com vigência de setembro de 2009 a março de 2010. Além disso, o aumento do mercado interno, especialmente dos consumidores da Classe C tem potencializado as vendas do setor.

No acumulado de 12 meses, apesar disso, a indústria de calçados e artigos de couro apresentou queda de -8,57%, segundo os dados da PIM-IBGE.

Em 2009, o setor calçadista exportou 126 milhões de pares, que representaram U\$\$ 1,4bilhões, segundo dados da Associação Brasileira de Calçados - Abicalçados, com base nos dados da Secretaria de Comércio Exterior – SECEX. O preço médio do par ficou em U\$\$ 10,74. Esses resultados representam uma redução de 23,7% no volume, 27,7% em faturamento e 5,4% no preço médio em relação a 2008, que apresentou exportação de 165 milhões de pares, um preço médio de U\$\$ 11,35, atingindo a receita de U\$\$ 1,9 bilhão. Os principais compradores do calçado fabricado no Brasil em 2009 foram EUA, Reino Unido, Argentina e Itália. Na comparação com 2008, todos estes países para os quais se exportou calçados registraram queda tanto em volume quanto em valores monetários em 2009.

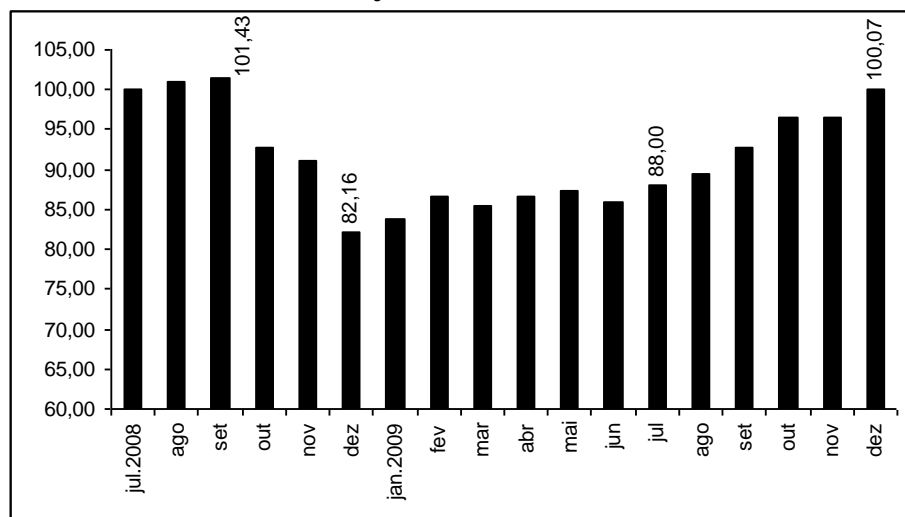
Segundo a Abicalçados, ainda, as importações de calçados caíram em 2009. Importou-se 30,4 milhões de pares de calçados ao custo de U\$\$ 296,5 milhões. Na comparação com 2008, observou-se queda de 22,8% em volume e 3,6% em valores,

quando foram importados 39,3 milhões de pares a U\$\$ 307,4 milhões. As importações dos calçados chineses recuaram 32,7% em volume e 16,1% em valores, em consequência da aplicação da tarifa antidumping ao produto chinês. Foram adquiridos dos chineses em 2009 22,6 milhões de pares a U\$\$ 183,6 milhões. Em contrapartida, aumentaram as importações do Vietnã e da Indonésia.

A tarifa antidumping aplicada aos calçados chineses e a demanda interna aquecida, com destaque para o aumento da renda das famílias de baixa renda ajudam a explicar o melhor desempenho do setor em 2009.

### GRÁFICO 7

Índice da Produção Física da Indústria de Calçado e Artigos de Couro no Brasil – Julho de 2008 a Dezembro de 2009 (base: julho/08=100)



Fonte: IBGE  
Elaboração: DIEESE

Neste contexto, segundo os dados do CAGED, o setor gerou 13.387 novas vagas no mercado de trabalho celetista em 2009, bem diferente de 2008, quando foram eliminados 8.703 postos de trabalho (Tabela 13).

Em 2009, o contexto gerador de empregos celetistas resultou em desempenho positivo em todos os meses, com exceção de maio, novembro e dezembro que apresentaram redução de 1.970, 803 e 20.740 postos de trabalho, respectivamente.

TABELA 13

## Evolução Mensal do Emprego Celetista na Indústria de Calçados e Artigos de Couro no Brasil – 2008 e 2009

Período	Admitidos	Desligados	Saldo
Jan.2008	15.834	11.956	3.878
Fev	20.693	15.659	5.034
Mar	20.924	16.112	4.812
Abr	20.906	16.754	4.152
Mai	17.074	15.933	1.141
Jun	17.861	14.605	3.256
Jul	20.220	16.173	4.047
Ago	20.089	16.172	3.917
Set	20.100	17.161	2.939
Out	14.821	18.007	-3.186
Nov	9.215	19.056	-9.841
Dez	2.778	31.630	-28.852
<b>Total 2008</b>	<b>200.515</b>	<b>209.218</b>	<b>-8.703</b>
Jan.2009	10.765	9.885	880
Fev	15.602	12.883	2.719
Mar	19.430	15.012	4.418
Abr	16.063	14.777	1.286
Mai	12.467	14.437	-1.970
Jun	12.649	12.461	188
Jul	16.702	12.180	4.522
Ago	21.889	12.915	8.974
Set	21.516	12.623	8.893
Out	18.546	13.526	5.020
Nov	12.586	13.389	-803
Dez	4.148	24.888	-20.740
<b>Total 2009</b>	<b>182.363</b>	<b>168.976</b>	<b>13.387</b>

Fonte: MTE/CAGED

Elaboração: DIEESE

As unidades da federação que mais geraram empregos no setor calçadista foram Ceará, com a criação de 12.707 postos, Bahia, que gerou 4.273 postos., e Sergipe, com a geração 1.008 empregos. Por outro lado, os destaques dos estados que

apresentaram perdas de empregos em 2009 foram Rio Grande do Sul (menos 4.333 empregos), Paraíba (redução de 865 postos) e Rio Grande do Norte (eliminação de 326 postos) (Tabela 14).

TABELA 14

## Evolução do Emprego Celetista na Indústria de Calçado e Artigos de Couro por Unidade da Federação no Brasil – 2008 e 2009

Unidade da Federação	Saldo	
	2008	2009
Rondônia	0	-4
Acre	2	-2
Amazonas	0	-4
Roraima	1	0
Pará	47	20
Amapá	0	0
Tocantis	1	-4
Maranhão	1	-6
Piauí	-8	18
Ceará	-2.750	12.707
Rio Grande do Norte	-334	-326
Paraíba	-549	-865
Pernambuco	-134	-192
Alagoas	-4	30
Sergipe	299	1.008
Bahia	2.933	4.273
Minas Gerais	192	391
Espírito Santo	-87	96
Rio de Janeiro	-91	3
São Paulo	-4.080	707
Paraná	215	92
Santa Catarina	163	-92
Rio Grande do Sul	-4.789	-4.333
Mato Grosso do Sul	327	-34
Mato Grosso	-35	-9
Goiás	-35	-104
Distrito Federal	12	17
<b>Brasil</b>	<b>-8.703</b>	<b>13.387</b>

Fonte: MTE/CAGED

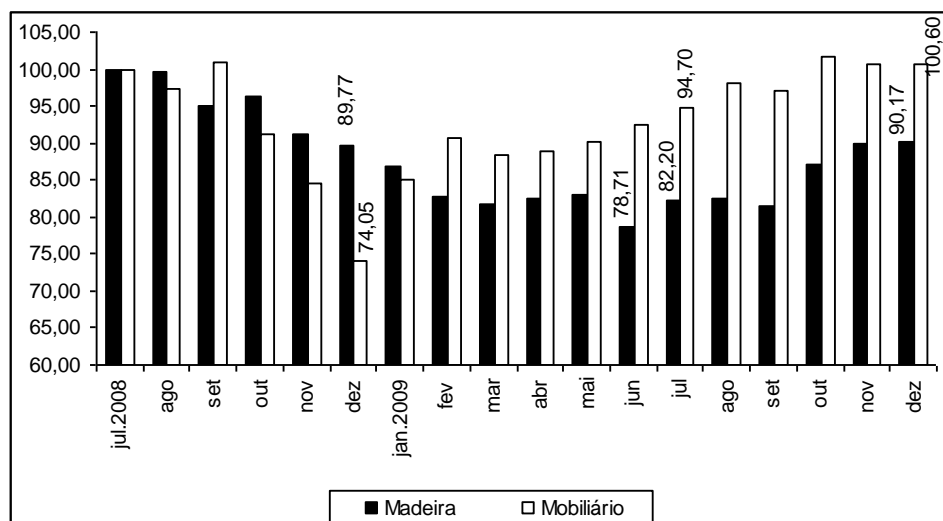
Elaboração: DIEESE

## II.1.4 Setor Madeira e Mobiliário

A produção do setor de madeira medida pela PIM-IBGE já ultrapassou o índice da produção física anterior à crise, assumido aqui como julho de 2008, nos últimos três meses de 2009 (Gráfico 8).

**GRÁFICO 8**

**Índice da Produção Física da Indústria da Madeira e Mobiliário no Brasil – Agosto de 2008 a Julho de 2009 (base: julho/08=100)**



Fonte: IBGE  
Elaboração: DIEESE

Entre julho e dezembro de 2009, o setor da madeira cresceu 9,7% e do mobiliário 6,23%. Apesar do crescimento nesse período novembro e dezembro apresentou relativa estabilidade.

No acumulado de 12 meses, encerrado em dezembro, a indústria da madeira teve queda de -17,66% ocupando a quarta

posição nas maiores quedas da indústria em 2009, na comparação com igual período do ano anterior, segundo o IBGE. Mobiliário apresentou uma redução menor, de -2,87%, na mesma base de comparação.

Esse resultado da indústria da madeira e mobiliário sentiu os efeitos da queda da demanda externa. Este fato foi um dos motivos que incentivou a adoção de medida de incentivo ao setor pelo governo federal, com a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI sobre móveis, plástico, aço, ratan e painéis de madeira. A medida valerá até março de 2010 e a estimativa é que o custo fiscal seja de R\$ 217 milhões, segundo divulgação do Ministério da Fazenda.

No tocante à geração de emprego formal no setor de madeira e mobiliário percebe-se que ocorreu perda de 4.745 postos de trabalho em 2009, um pouco menor do que em 2008, quando se eliminou 12.857 empregos. Apesar desse resultado em 2009, o segundo semestre apresentou crescimento na geração de novos empregos mensal, com exceção de dezembro, em razão da sazonalidade presente neste mês ao longo dos últimos anos (Tabela 15).

Dos 26 estados brasileiros, 15 apresentaram redução de postos de trabalho em 2009. Pará (redução 1.506 postos), São Paulo (menos 1.454 empregos) e Paraná (eliminação de 1.371 postos) foram os destaques com as maiores perdas. Em contrapartida, Rio Grande do Sul (1.028 novos postos), Minas Gerais (731 empregos novos) e Pernambuco (475 vagas criadas) apresentaram os maiores saldos entre admitidos e desligados no setor de madeira e mobiliário (Tabela 16).

**TABELA 15**  
Evolução do Emprego Celetista na Indústria da Madeira e Mobiliário no Brasil –2008 e 2009

Período	Admitidos	Desligados	Saldo
<b>Jan.2008</b>	19.127	17.300	1.827
Fev	19.517	20.236	-719
Mar	19.344	21.595	-2.251
Abr	19.350	18.187	1.163
Mai	17.712	20.202	-2.490
Jun	19.606	19.070	536
Jul	20.767	21.113	-346
Ago	21.207	18.769	2.438
Set	22.341	18.980	3.361
Out	20.709	20.205	504
Nov	14.905	19.094	-4.189
Dez	6.838	19.529	-12.691
<b>Total 2008</b>	<b>221.423</b>	<b>234.280</b>	<b>-12.857</b>
<b>Jan.2009</b>	15.349	17.830	-2.481
Fev	14.819	19.079	-4.260
Mar	16.129	19.777	-3.648
Abr	15.194	15.837	-643
Mai	16.086	17.572	-1.486
Jun	16.413	17.071	-658
Jul	18.043	17.115	928
Ago	19.329	16.113	3.216
Set	20.237	15.895	4.342
Out	20.437	15.392	5.045
Nov	17.232	15.249	1.983
Dez	9.732	16.815	-7.083
<b>Total 2009</b>	<b>199.000</b>	<b>203.745</b>	<b>-4.745</b>

Fonte: MTE/CAGED  
Elaboração: DIEESE

**TABELA 16**  
Número de Emprego e Remuneração Média na Indústria da Madeira e Mobiliário no Brasil por Região e por Estados – RAIS/2008

Período	Admitidos	Desligados	Saldo
<b>Jan.2008</b>	19.127	17.300	1.827
Fev	19.517	20.236	-719
Mar	19.344	21.595	-2.251
Abr	19.350	18.187	1.163
Mai	17.712	20.202	-2.490
Jun	19.606	19.070	536
Jul	20.767	21.113	-346
Ago	21.207	18.769	2.438
Set	22.341	18.980	3.361
Out	20.709	20.205	504
Nov	14.905	19.094	-4.189
Dez	6.838	19.529	-12.691
<b>Total 2008</b>	<b>221.423</b>	<b>234.280</b>	<b>-12.857</b>
<b>Jan.2009</b>	15.349	17.830	-2.481
Fev	14.819	19.079	-4.260
Mar	16.129	19.777	-3.648
Abr	15.194	15.837	-643
Mai	16.086	17.572	-1.486
Jun	16.413	17.071	-658
Jul	18.043	17.115	928
Ago	19.329	16.113	3.216
Set	20.237	15.895	4.342
Out	20.437	15.392	5.045
Nov	17.232	15.249	1.983
Dez	9.732	16.815	-7.083
<b>Total 2009</b>	<b>199.000</b>	<b>203.745</b>	<b>-4.745</b>

Fonte: MTE/CAGED  
Elaboração: DIEESE

## II.1.5 Setor da Construção Civil

O desempenho da Construção Civil em 2009 não será o mesmo de 2008, como já é esperado em função dos impactos da crise financeira e mundial sobre o setor. Em 2008 o PIB da Construção cresceu 8,2%, ficando 3,1 ponto percentual acima do crescimento da taxa para a economia brasileira que cresceu 5,1%. A estimativa de crescimento do setor em 2009 é de 1,0%, segundo dados do SINDUSCON-SP e da Fundação Getúlio Vargas.

A crise global gerou cautela nos consumidores - que ficaram receosos quanto à manutenção do emprego e da renda, nos bancos - que temeram pelo aumento dos riscos de crédito -, e também nas construtoras - que adiaram seus investimentos, haja vista a redução de crédito e do capital de giro.

Esta postura quanto às expectativas dos agentes que atuam neste setor foram revertidas por um conjunto de acontecimentos e ações. Deste conjunto destacam-se as estimativas com investimentos para a Copa do Mundo de Futebol em 2014, a queda dos juros, a ampliação de crédito subsidiado, a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para materiais de construção que funcionaram como motores para a retomada da atividade econômica na Construção Civil.

No tocante à Copa de 2014, a previsão inicial para investimentos é de R\$ 99,5 bilhões, segundo foi divulgado pelos organizadores do evento. Este valor envolve investimentos em infra-estrutura (R\$ 86 bilhões), em estádios (R\$ 4,6 bilhões) e em aeroportos (R\$ 8,7 bilhões).

Parte desses desembolsos já estava previsto, principalmente para obras de infra-estrutura, mas ganharam prioridade em função da Copa.

Esses investimentos começaram a acontecer em 2009 e abarcam todas as regiões do país, em conformidade com as 12 cidades que serão sede do evento: Belo Horizonte, Brasília, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

TABELA 17  
Investimentos Previstos para a Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil

Cidades	Infra-estrutura (Em R\$ bilhões)	Estádios (Em R\$ milhões)	Aeroportos (Em R\$ milhões)	Total (Em R\$ milhões)
Belo Horizonte	1,5	300,0	350,7	2.150,7
Brasília	3,5	600,0	514,8	4.614,8
Cuiabá	3,0	430,0	30,9	3.460,9
Curitiba	4,5	138,0	30,0	4.668,0
Fortaleza	9,4	400,0	525,0	10.325,0
Manaus	1,5	580,0	793,5	2.873,5
Natal	3,5	300,0	400,0	4.200,0
Porto Alegre	5,0	130,0	122,0	5.252,0
Recife	5,0	500,0	8,7	5.508,7
Rio de Janeiro	11,0	430,0	971,1	12.401,1
Salvador	5,0	500,0	33,4	5.533,4
São Paulo	33,4	250,0	4.876,5	38.526,5
<b>Total</b>	<b>86,3</b>	<b>4.558,0</b>	<b>8.656,6</b>	<b>99.514,6</b>

Fonte: Governos federal, estadual e municipal; Infraero (julho/2009) / Valor Especial, setembro de 2009

Obs.: Estimativas preliminares dos organizadores. Algumas obras incluídas já estavam previstas, mas ganharam prioridade em função da Copa 2014.

Quanto ao mercado imobiliário, a adoção de medidas de combate à crise econômica mundial pelo governo, como a redução da taxa de juros e a ampliação de crédito subsidiado foi responsável pela manutenção e retomada do financiamento imobiliário. Essas ações contribuíram para reaquecer a construção em 2009.

O valor para financiamento imobiliário contratado em 2009 superou igual período de 2008, seja considerando os recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS - Habitação (de janeiro a novembro) seja da Poupança pelo Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo - SBPE (de janeiro a outubro).

O volume de contratos de financiamento que utilizaram o FGTS - Habitação de janeiro a novembro de 2009 aumentou mais de 81,0% (de R\$ 9,6 bilhões para R\$ 17,4 bilhões) em relação a igual período do ano anterior. Quanto à quantidade de unidades correspondentes a este volume, o crescimento foi de 77,69% (de 240.957 para 428.152 unidades) considerando a mesma comparação (Tabela 18).

Pelo SBPE o volume de recursos cresceu 5,4% (de R\$ 25,2 bilhões para R\$ 26,6 bilhões) de janeiro a outubro de 2009, na comparação com igual período do ano anterior. Em sentido contrário, houve queda nas unidades de -4,8% (de 250.487 para 238.533 unidades) considerando o mesmo período e critério de comparação.

O desempenho superior do financiamento imobiliário em 2009 reflete os efeitos das medidas para facilitar o crédito habitacional, como o Programa Minha Casa Minha Vida que busca priorizar as famílias de baixa renda que utiliza boa parte dos recursos do FGTS-Habitação.

**TABELA 18**  
**Financiamento Imobiliário com recursos do FGTS e da Poupança SBPE Brasil – 2008 e 2009**

Financiamento Imobiliário com Recursos do FGTS - Habitação				
Descrição	2008	(A) jan-nov/2008	(B) jan-nov/2009	(B) / (A) - %
Quantidade de Operações	198.267	167.051	208.185	24,62
Valores Contratados - R\$	10.558.722.415	9.588.247.110	17.402.289.379	81,50
Número de Unidades	282.597	240.957	428.152	77,69

Financiamento Imobiliário com Recursos da Poupança - SBPE				
Descrição	2008	(A) jan-out/2008	(B) jan-out/2009	(B) / (A) - %
Valores Contratados - R\$	30.032.338.134	25.191.423.540	26.552.636.075	5,40
Número de Unidades	299.685	250.487	238.533	-4,77

Fonte: Caixa Econômica Federal CEF, Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança - ABECIP  
Elaboração: Banco de dados CBIC/DIEESE

No que diz respeito ao mercado de materiais para construção, verifica-se que mesmo com a recuperação no segmento imobiliário, a venda destes materiais tem apresentado dificuldades para retornar ao patamar anterior à crise. A redução do IPI direcionado a estes produtos cumpriu o papel de amenizar a queda e proporcionar condições para o processo de recuperação, com indícios de crescimento a partir de outubro último, que registrou variação positiva de 0,82% em relação a setembro, segundo divulgação da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) do IBGE.

Em relação ao cimento, um dos principais insumos da construção civil, talvez o principal e “termômetro” do setor, o resultado foi melhor. Entre janeiro e outubro de 2009, o consumo nacional de cimento correspondeu a 42.811.709 toneladas (t), 342.656 t a menos que em igual período do ano anterior. Resultado que representou uma queda de -0,79%, confirmando o impacto da crise financeira mundial (Tabela 19).

Apesar dessa queda no consumo de cimento, dados preliminares sobre a venda de cimento, divulgados pelo Sindicato Nacional da Indústria do Cimento – SNIC - mostram crescimento de 4,4% em dezembro de 2009 em relação à igual mês do ano anterior.

Além disso, dados preliminares apresentados pelo SNIC evidenciam um aumento na venda de cimento de 0,1% na comparação entre 2009 e 2008, atingindo 51,3 milhões de toneladas.

**TABELA 19**  
**Consumo Nacional de Cimento por Região – em toneladas**  
**Brasil – 2008 e 2009**

Região	2008		2008		2009	
	2008	%	janeiro a outubro	%	janeiro a outubro	%
Norte	3.465.777	6,7	2.848.197	6,6	2.710.754	6,3
Nordeste	9.387.685	18,2	7.709.837	17,9	8.143.589	19,0
Centro-Oeste	5.030.057	9,8	4.260.524	9,9	4.212.864	9,8
Sudeste	25.051.011	48,7	21.160.846	49,0	20.525.236	47,9
Sul	8.553.650	16,6	7.174.961	16,6	7.219.266	16,9
<b>Total</b>	<b>51.488.180</b>	<b>100,0</b>	<b>43.154.365</b>	<b>100,0</b>	<b>42.811.709</b>	<b>100,0</b>

Fonte: SNIC - Sindicato Nacional da Indústria do Cimento

Elaboração: DIEESE

A evolução do emprego formal na Construção Civil no Brasil mostra que as medidas de estímulo ao setor, resultaram na recuperação de postos de trabalho fechados em consequência da crise. O emprego no ramo foi um dos mais afetados pela crise, mas também o que liderou a recuperação.

Em novembro geraram-se 17.791 novos empregos no ramo da Construção, saldo muito diferente de igual mês de 2008, quando foram eliminados 22.731 postos, segundo os dados do Cadastro

Geral de Empregados e Desempregados – CAGED do MTE (Tabela 20).

Ainda segundo esses dados, o estoque de emprego em novembro de 2009 correspondeu a 2.159.395, aumento de 228.151 novos postos de trabalho desde dezembro de 2008. Isto é, de janeiro a novembro de 2009, o saldo entre admitidos e desligados correspondeu a 228.151 novas ocupações em todo o Brasil na Construção Civil. Com esse desempenho o setor representou mais de 16% da geração de postos de trabalho que totalizou 1.410.302 para o período em todos os setores da economia.

Na comparação com igual período de 2008 (quando se gerou 280.300 postos de trabalho) o saldo (de 2009) foi menor, mas cabe ressaltar que em 2008 a Construção Civil teve o maior crescimento dos últimos anos (8,1%), enquanto em 2009 o setor sofreu forte impacto da crise financeira mundial.

O aumento de empregos formais gerados ao longo de 2009 serviu de indicador para o Sindicato das Indústrias da Construção Civil de São Paulo sinalizar que o emprego neste setor deverá crescer 8% em 2010. Com esse percentual espera-se criar 180 mil vagas com carteira assinada em todo o país.

Essa estimativa, segundo seus divulgadores, tem respaldo nas obras do PAC, no programa do governo federal “Minha Casa, Minha Vida”, na construção de infra-estrutura para a Copa de 2014 e, principalmente, nas expectativas de aquecimento do mercado imobiliário com a divulgação pelo governo federal de um aporte de recursos de R\$ 78,3 bilhões destinados ao financiamento imobiliário em 2010.

TABELA 20

Evolução do Emprego Celetista na Construção Civil  
Brasil – 2008 a 2009

Mês	2008			2009		
	Admitidos	Desligados	Saldo	Admitidos	Desligados	Saldo
Janeiro	151.881	113.238	38.643	151.465	140.141	11.324
Fevereiro	145.455	117.881	27.574	138.627	135.785	2.842
Março	151.821	118.384	33.437	168.517	152.394	16.123
Abril	158.097	126.026	32.071	152.788	139.400	13.388
Mai	158.829	130.159	28.670	162.176	144.769	17.407
Junho	169.360	132.602	36.758	166.244	147.923	18.321
Julho	180.852	145.774	35.078	180.477	148.302	32.175
Agosto	177.557	141.675	35.882	184.570	144.613	39.957
Setembro	180.580	147.811	32.769	182.719	150.052	32.667
Outubro	168.202	166.053	2.149	178.624	152.468	26.156
Novembro	142.747	165.478	-22.731	171.342	153.551	17.791
Dezembro	81.156	163.588	-82.432			
<b>Total</b>	<b>1.866.537</b>	<b>1.668.669</b>	<b>197.868</b>	<b>1.837.549</b>	<b>1.609.398</b>	<b>228.151</b>
<b>Acumulado de jan-nov</b>	<b>1.785.381</b>	<b>1.505.081</b>	<b>280.300</b>	<b>1.837.549</b>	<b>1.609.398</b>	<b>228.151</b>

Fonte: CAGED - Ministério do Trabalho e Emprego

Elaboração: DIEESE

## III – Redução da jornada de trabalho para 40 horas já!

O debate sobre a redução  
da jornada de trabalho no Congresso Nacional

A campanha pela redução da jornada de trabalho sem redução de salários levou novamente o movimento sindical brasileiro a Brasília (fevereiro/2010), com o objetivo de mostrar aos parlamentares a importância da adoção desta medida para os trabalhadores e o país. Com o desenrolar dos debates na Câmara dos Deputados, mais uma vez os empresários e seus representantes manifestaram sua posição contrária à proposta.

O DIEESE, entidade criada pelo movimento sindical e que há 54 anos realiza estudos, pesquisas e análises de temas de interesse dos trabalhadores, tem acompanhado as centrais sindicais na luta pela aprovação dessa proposta. Por meio desta nota, a instituição volta a reafirmar que o Brasil apresenta

condições para implementar a redução da jornada de trabalho, bem como tem necessidades que demandam a adoção dessa medida, o que pode ser visto nos itens seguir:

a) O custo com salários no Brasil é muito baixo quando comparado com outros países, segundo informações do Departamento de Trabalho Americano. Assim, a redução da jornada de trabalho não traria prejuízos à competitividade das empresas brasileiras.

TABELA 21  
Custo horário da mão de obra manufatureira em 2007  
Países selecionados

Países	US\$
Alemanha	37,66
Reino Unido	29,73
França	28,57
Estados Unidos	24,59
Espanha	20,98
Japão	19,75
Coréia	16,02
Singapura	8,35
Taiwan	6,58
Brasil	5,96
México	2,92

Fonte: U.S Department of Labor, Bureau of Labor Statistics, 2009.

Elaboração: DIEESE

b) Em relação aos encargos sociais no Brasil, os empresários defendem a tese de que estes representam 102% do salário dos trabalhadores, partindo de um cálculo que não é correto. Vários itens considerados encargos nessa conta são, na verdade, parte

da remuneração do trabalhador. Encontram-se nesta situação o pagamento de férias, 13º salário, descanso semanal remunerado, FGTS. Tudo isso vai para o trabalhador e, portanto, não é encargo social.

Encargos sociais são aquela parcela do custo do trabalho que não vai para o bolso do trabalhador, como é admitido pelos próprios consultores empresariais. São a contribuição para o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), para o Serviço Social da Indústria (Sesi), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e demais instituições que compõem o Sistema S, para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), para o seguro de acidentes do trabalho, para o salário educação e para o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). No conjunto, representam 25,1% da remuneração total do trabalhador.

Desta forma, um trabalhador contratado com um salário mensal na carteira de R\$ 1.000,00, recebe, em média, R\$ 1.229,10 por mês, pois neste valor estão considerados outros itens integrantes de sua remuneração. Ou seja, também está incluído o que ele recebe de 13º salário, de adicional de 1/3 de férias, de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) – que é um patrimônio individual do trabalhador-, além da proporção mensal do que ele recebe em caso de ser demitido sem justa causa.

Com todos estes componentes incluídos no salário, este trabalhador custa para a empresa R\$ 1.538,00. O valor dos encargos corresponde, portanto, a R\$ 308,90, que representam **25,1%** dos R\$ 1.229,10, que é a remuneração total do trabalhador. Portanto, um trabalhador contratado por R\$ 1.000,00 não custa para a empresa mais 102% (R\$ 2.020,00), como afirmam os empresários e seus representantes, mas R\$ 1.538,00.

**TABELA 22**  
**Desembolso total mensal para empregar um trabalhador**  
**(Salário contratual hipotético de R\$ 1.000,00)**

Item de despesa	Subparcelas	Desembolso (em R\$)
1. Salário contratual		1.000,00
2. Salário Adiado ou Diferido		
13º e adicional de 1/3 de férias (como proporção mensal)		111,11
3. Folha de pagamentos média mensal (1 + 2) (base de cálculo dos encargos sociais)		1.111,11
4. FGTS e verbas rescisórias (proporção mensal)		118,00
5. Remuneração média mensal total do trabalhador (3 + 4)		1.229,10
6. Encargos sociais		
6.1 - INSS (20%)	222,22	
6.2 - Seguro de acidentes de trabalho (2% em média)	22,22	
6.3 - Salário-educação (2,5%)	27,78	
6.4 - Incra (0,2%)	2,22	
6.5 - Sesi ou Sesc (1,5%)	16,67	
6.6 - Senai ou Senac (1,0%)	11,11	
6.7 - Sebrae (0,6%)	6,67	
Encargos sociais (incidentes sobre R\$ 1.111,11)		308,89
7. Desembolso total mensal do empregador (5 + 6)		1.538,00

Elaboração: DIEESE.

c) **O peso dos salários no custo total de produção no Brasil é baixo**, em torno de 22% de acordo com a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Uma redução de 9,09% na jornada (de 44 para 40 horas) representaria um aumento no custo total da produção de apenas 1,99%.

d) Comparando-se este pequeno acréscimo no custo médio de produção com os expressivos ganhos de produtividade, tal impacto é muito possível de ser absorvido pelo setor produtivo, isso sem considerar a perspectiva de ganhos futuros de produtividade. **O aumento da produtividade do trabalho entre os anos de 1988 e 2008 está em torno de 84%**, segundo dados do IBGE, para a indústria de transformação.

e) **Como o salário médio real, nos últimos anos, não apresentou significativa expansão**, o expressivo crescimento da produtividade do trabalho poderia ser transformado na redução da jornada legal de trabalho no Brasil, fato este que ocorreu pela última vez há mais de 20 anos, na Constituição de 1988.

f) **A redução da jornada de trabalho sem redução de salários contribuiria para a melhora da distribuição de renda no país, pois os trabalhadores poderiam se apropriar dos ganhos de produtividade.**

g) O Brasil tem um contingente grande de desempregados – em torno de 3 milhões, apenas nas sete regiões metropolitanas pesquisadas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), realizada pelo DIEESE, a Fundação Seade e convênios regionais. **A proposta de redução da jornada das atuais 44 para 40 horas semanais tem potencial para gerar mais de 2,5 milhões de postos de trabalho.**

h) **A duração da jornada efetivamente trabalhada no Brasil é uma das maiores do mundo.** Soma-se a isso ainda a falta de limitação semanal, mensal ou anual para a realização de horas extras. Em diversos países, como Argentina, Uruguai, Alemanha, França, há limitação anual para a realização de horas extras que ficam entre 200 e 280 horas/ano, em torno de 4 horas extras por semana. O fim das horas extras teria um potencial para gerar cerca de 1 milhão de postos de trabalho. Por esta razão, **é necessário combinar a redução da jornada com mecanismos que coíbam e limitem a utilização das horas extras.**

i) **A jornada de trabalho no Brasil está cada vez mais flexível**, dado que às tradicionais formas de flexibilização do

tempo - como a hora extra, o trabalho em turno, o trabalho noturno, as férias coletivas -, somaram-se novas formas - como a jornada em tempo parcial, o banco de horas e o trabalho aos domingos.

j) Além de extenso e flexível, **o tempo de trabalho no Brasil vem sendo intensificado** em função das diversas inovações técnico-organizacionais implementadas pelas empresas como, por exemplo, a polivalência, a concorrência entre os grupos de trabalho, as metas de produção e a redução das pausas.

k) Num contexto de crescente demanda do setor produtivo para que os trabalhadores se qualifiquem, a redução da jornada de trabalho, sem redução dos salários, em muito contribui para este desafio na medida em que **liberaria mais horas para que o trabalhador tivesse melhores condições de se qualificar.**

l) A redução da jornada de trabalho também possibilitaria aos trabalhadores dedicar mais tempo para o convívio familiar, o estudo, o lazer e o descanso, melhorando a qualidade de vida deles.

m) **A combinação de todos estes fatores desencadeados pela redução da jornada de trabalho, sem redução de salários, provocaria a geração de um círculo virtuoso na economia**, combinando a ampliação do emprego, o aumento do consumo interno, a elevação dos níveis da produtividade do trabalho, a melhoria da competitividade do setor produtivo, a redução dos acidentes e doenças do trabalho, a maior qualificação do trabalhador, a elevação da arrecadação tributária, enfim um maior crescimento econômico com melhora da distribuição de renda.

## IV - INDICADORES ECONÔMICOS

### IV. 1 - Mercado de Trabalho Metropolitano

Segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), em dezembro de 2009 havia 2.532 mil pessoas desempregadas, 135 mil a menos do que no mês anterior, nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo e do Distrito Federal. Além disso, o contingente de desempregados em dezembro ficou abaixo do apurado para os meses de agosto a outubro de 2009 (Tabela 23).

A taxa de desemprego total diminuiu de 13,2% para 12,5%, a menor desde 1998, quando teve início o cálculo do indicador.

**TABELA 23**  
**Estimativas do Número de Pessoas de 10 anos e mais, segundo condição de atividade nas Regiões Metropolitanas e no DF Agosto - Dezembro de 2009**

Condição de Atividade	2008						2009						Variações - %		
	Dez	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Dez.09/Ago.09	Dez.09/Nov.09	Dez.09/Dez.08	Dez.09/Ago.09	Dez.09/Nov.09	Dez.09/Dez.08	Dez.09/Ago.09	Dez.09/Nov.09	Dez.09/Dez.08
População em Idade Ativa	32.479	32.845	32.891	32.955	33.025	33.066	0,67	0,12	1,81						
População Economicamente Ativa	19.960	20.077	20.050	20.141	20.182	20.206	0,64	0,12	1,23						
Ocupados	17.427	17.145	17.161	17.386	17.515	17.674	3,09	0,91	1,42						
Desempregados	2.533	2.932	2.889	2.756	2.667	2.532	-13,64	-5,06	-0,04						
Desemprego Aberto (total)	1.715	2.037	2.004	1.962	1.879	1.768	-13,21	-5,91	3,09						
Desemprego Oculto (total)	818	896	885	793	788	764	-14,73	-3,05	-6,60						
Oculto pelo trabalho precário	549	598	586	524	544	523	-12,54	-3,86	-4,74						
Oculto pelo Desalento	269	298	299	269	244	241	-19,13	-1,23	-10,41						

Fonte: Convênio Seade/Dieese/MTE - FAT e convênios regionais.

(1) Correspondem ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e ao Distrito Federal.

O nível de ocupação em dezembro, nas regiões pesquisadas vem crescendo desde agosto, com variação de 3,1% e de 0,9% em relação a novembro. Este fato resultou na redução do contingente de desempregados em 135 mil pessoas, quando comparado com o mês anterior.

A taxa de desemprego total no último mês teve redução, passando de 13,2% para 12,5% da população economicamente ativa entre novembro e dezembro (Tabela 24). No período de agosto a dezembro percebe-se uma expressiva redução da taxa de desemprego total, tanto da taxa de desemprego aberto quanto do desemprego oculto, com destaque para o oculto por desalento. Cabe lembrar que em dezembro de 2008 a taxa de desemprego total estava em 12,7% da PEA, o que indica relativa estabilidade quando comparado com igual mês de 2009.

**TABELA 24**  
**Taxa (%) de Desemprego nas Regiões Metropolitanas e no DF – Dezembro de 2009**

Regiões	2008						2009						Variações		
	Dez	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Dez.09/Ago.09	Dez.09/Nov.09	Dez.09/Dez.08	Dez.09/Ago.09	Dez.09/Nov.09	Dez.09/Dez.08	Dez.09/Ago.09	Dez.09/Nov.09	Dez.09/Dez.08
Total Metropolitano	12,7	14,6	14,4	13,7	13,2	12,5	-14,4	-5,3	-1,6						
Belo Horizonte	15,4	15,5	15,3	15,1	15,3	14,5	-6,5	-5,2	-5,8						
Distrito Federal	8,4	10,9	10,4	10,0	9,8	9,8	-10,1	0,0	16,7						
Porto Alegre	9,8	11,6	11,3	10,4	10,0	9,4	-19,0	-6,0	-4,1						
Recife	17,9	19,5	19,7	19,2	17,7	17,5	-10,3	-1,1	-2,2						
Salvador	19,8	20,0	19,4	18,7	17,8	17,0	-15,0	-4,5	-14,1						
São Paulo	11,8	14,2	14,1	13,2	12,8	11,9	-16,2	-7,0	0,8						

Fonte: Convênio Seade/Dieese/MTE - FAT e convênios regionais.

(2) Correspondem ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e ao Distrito Federal.

No período de agosto a dezembro a taxa de desemprego total apresentou queda em todas as regiões, com destaque para Porto Alegre e São Paulo, e para Belo Horizonte que teve a menor redução. Observa-se que essa trajetória de redução também ocorre nos meses mais recentes da série. Apenas no Distrito Federal, que apresentou estabilidade, não houve queda na taxa de desemprego superior a 1% em dezembro de 2009. Comportamento semelhante, na comparação com igual mês do ano anterior, o qual registrou que apenas o Distrito Federal e

São Paulo tiveram aumentos na taxa de desemprego, de 16,7% e 0,8%, respectivamente.

Em termos setoriais, o nível ocupacional tem aumentado em todos os setores, com exceção de Outros que apresentou relativa estabilidade (-0,1%), para o conjunto das seis regiões pesquisadas (Tabela 25). Em dezembro, o nível de ocupação cresceu na Indústria (2,9%) e no Comércio (2,1%), estabilizou na Construção Civil e teve uma variação de 0,2% nos Serviços. A **Indústria** veio ampliando os postos de trabalho entre agosto e dezembro, ressalvado leve redução em setembro. Apesar disso, este setor, ainda apresenta queda superior a -4% em relação a dezembro do ano anterior. No caso da **Construção Civil** o total de ocupados aumentou 4,7%, entre agosto e dezembro de 2009. No mesmo sentido, cabe destacar que a Construção Civil se mostra o setor mais dinâmico na comparação em doze meses, com alta de 8,9% no nível de ocupação.

**TABELA 25**  
**Estimativa de Ocupados por Setor de Atividade – Regiões metropolitanas e Distrito Federal – 2008-2009**

Em mil pessoas

Período	Total	Indústria	Comércio	Serviços	Construção Civil (2)	Outros (3)
Dez.2008	17.427	2.737	2.840	9.363	1.034	1.453
Ago.2009	17.145	2.482	2.770	9.343	1.075	1.475
Set	17.161	2.469	2.740	9.382	1.109	1.461
Out	17.386	2.499	2.772	9.523	1.123	1.469
Nov	17.515	2.549	2.806	9.567	1.126	1.467
Dez	17.674	2.623	2.865	9.587	1.126	1.473
Variação Dez.09/Ago.09	3,1	5,7	3,4	2,6	4,7	-0,1
Variação Dez.09/Nov.09	0,9	2,9	2,1	0,2	0,0	0,4
Variação Dez.09/Dez.08	1,4	-4,2	0,9	2,4	8,9	1,4

Fonte: Convênio Dieese – Seade; MTE – FAT e convênios regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego –

Nota: As projeções populacionais da PED-RMSP foram atualizadas (ver nota técnica nº 10 da PED-RMSP).

(1) Corresponderem ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e o Distrito Federal.

(2) Inclui reformas e reparações de edificações.

(3) Incluem serviços domésticos e outros setores de atividade não mencionados.

Por **posição na ocupação**, houve crescimento de 4,0% no nível de assalariamento total entre agosto e dezembro de 2009, em função da elevação do assalariamento privado (5,0%), com destaque para o aumento dos sem carteira assinada (9,3%). Por outro lado, houve queda do emprego público (-1,9%), nessa mesma base de comparação. Cabe notar que o emprego assalariado no setor público foi o único que teve redução na comparação com novembro, porém aumentou 1,4% em relação a dezembro de 2008.

Além disso, e em contrapartida a elevação em relação a novembro, o assalariamento sem carteira de trabalho assinada reduziu -6,0%, na comparação dezembro de 2008 e 2009. Outros também apresentou queda (-2,3%), completando

juntamente com assalariados sem carteira, as únicas reduções nessa base de comparação (Tabela 26).

**TABELA 26**  
**Estimativas de Ocupados por posição na ocupação – Regiões metropolitanas e Distrito Federal – 2008-2009**

Em mil pessoas

Período	Total	Assalariados					Autôno mos	Emprega dos Doméstic os	Outros (2)
		Total	Setor Público	Setor Privado					
				Total	Com Carteira Assinada	Sem Carteira Assinada			
Dez.2008	17.427	11.729	1.841	9.885	7.918	1.967	3.082	1.321	1.295
Ago.2009	17.145	11.451	1.903	9.547	7.855	1.692	3.130	1.361	1.203
Set	17.161	11.478	1.937	9.538	7.843	1.696	3.105	1.337	1.241
Out	17.386	11.697	1.944	9.753	7.994	1.759	3.087	1.339	1.263
Nov	17.515	11.812	1.901	9.900	8.110	1.790	3.109	1.334	1.260
Dez	17.674	11.904	1.866	10.026	8.177	1.849	3.154	1.351	1.265
Varição Dez.09/Ago.09	3,1	4,0	-1,9	5,0	4,1	9,3	0,8	-0,7	5,2
Varição Dez.09/Nov.09	0,9	0,8	-1,8	1,3	0,8	3,3	1,4	1,3	0,4
Varição Dez.09/Dez.08	1,4	1,5	1,4	1,4	3,3	-6,0	2,3	2,3	-2,3

Fonte: Convênio Dieese – Seade; MTE – FAT e convênios regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

Nota: As projeções populacionais da PED-RMSP foram atualizadas (ver nota técnica nº 10 da PED-RMSP).

(1) Corresponde ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e o Distrito Federal.

(2) Incluem donos de negócio familiar, profissionais universitários autônomos, trabalhadores familiares sem remuneração salarial, etc.

No período entre agosto e novembro, no conjunto das regiões pesquisadas, os **rendimentos médios** reais de ocupados e assalariados tiveram redução, bem como na comparação de novembro com o mês anterior. Apesar disso, houve elevação na variação no ano (Nov.09/Dez.08) e no acumulado anual (Nov.09/Nov.08) tanto para ocupados quanto para assalariados.

Em novembro, os rendimentos dos ocupados diminuíram em -0,8%, passando a valer R\$ 1.235, e dos assalariados em -0,7%, chegando ao valor de R\$ 1.302.

Entre novembro de 2008 e de 2009, no conjunto das regiões pesquisadas, o rendimento médio real dos ocupados e dos assalariados cresceram 1,7% e 1,2%, respectivamente. Esse desempenho, no caso dos ocupados refletiu os aumentos registrados em Belo Horizonte, Recife, Porto Alegre e São

Paulo, que mais que compensaram as reduções ocorridas no Distrito Federal e Salvador.

**TABELA 27**  
**Rendimento Médio Real Trimestral e Variação do Rendimento Médio Real Trimestral dos Ocupados e Assalariados Regiões Metropolitanas (1)**

Período	Ocupados (2)	Assalariados (3)
	Média	Média
Nov.2008	1.214	1.286
Dez	1.227	1.294
Ago.2009	1.248	1.326
Set	1.255	1.325
Out	1.245	1.311
Nov	1.235	1.302
Varição Mensal - Nov09/Out09	-0,8	-0,7
Varição no Ano - Nov09/Dez08	0,6	0,6
Varição Anual - Nov09/Nov08	1,7	1,2

Fonte: Convênio Dieese – Seade; MTE – FAT e convênios regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

(1) Corresponde ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e o Distrito Federal.

(2) Exclui os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) Exclui os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

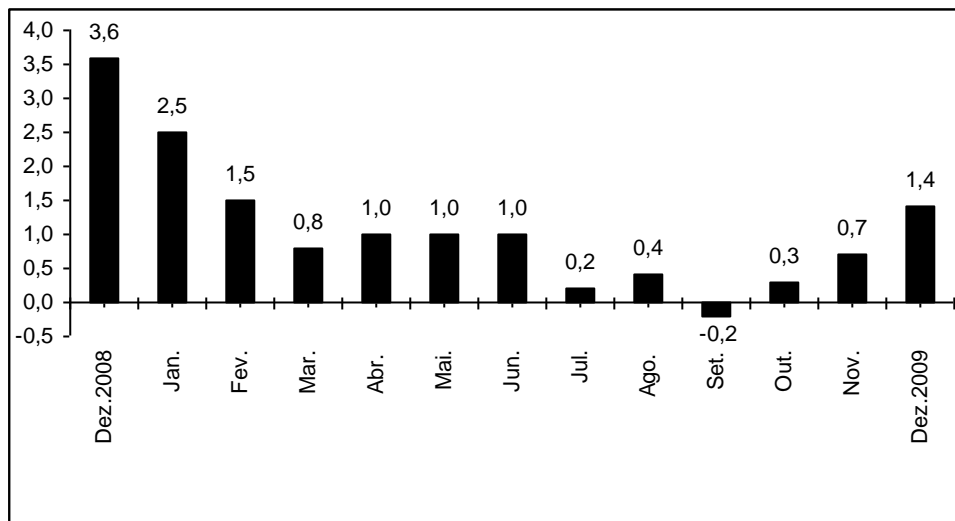
Nota 1: Inflator utilizado: IPCA/BH/YPEAD; INPC-DF/IBGE; IPC-IEPE/RS; INPC-RMR/IBGE/PE; IPC-SEI/BA; ICV-DIEESE/SP. Valores em reais de novembro de 2009.

Nota 2: Os indicadores de rendimentos de junho, julho e agosto de 2007 da PED - Região Metropolitana de Porto Alegre foram recalculados. A mudança nos dados ocorreu por pequenos ajustes feitos na renda de junho de 2007, que acarretou alteração nos indicadores dos três meses citados. Devido a este fato, os dados de renda do Boletim Metropolitano da PED, para estes mesmos períodos, também foram recalculados.

Nota 3: As projeções populacionais da PED-RMSP foram atualizadas (ver nota técnica nº 10 da PED-RMSP).

Nos últimos 12 meses, o **nível de ocupação** no conjunto das regiões pesquisadas cresceu apenas 1,4%. Esta taxa é muito inferior à variação registrada no mesmo mês de 2008 (Gráfico 9), porém maior do que o verificado nos demais meses do último quadrimestre.

**GRÁFICO 9**  
**Varição Anual <sup>(1)</sup> da Ocupação nas Regiões Metropolitanas <sup>(2)</sup>**  
**2008-2009**



**Fonte:** Convênio Seade–Dieese, MTE/FAT e convênios regionais.

(1) Mês de referência em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Correspondem ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e ao Distrito Federal.

Nota: As projeções populacionais da PED para a RMSP e RMBH foram atualizadas.

## IV. 2 – Taxas de Inflação

### IV. 2.1 – ICV-DIEESE

O Índice do Custo de Vida no município de São Paulo (ICV-DIEESE) é calculado pelo DIEESE desde 1959 com famílias que recebem de 1 a 30 salários mínimos, em três níveis distintos de rendimentos familiares.

Em dezembro de 2009, o custo de vida no município de São Paulo apresentou taxa de 0,08%, ou seja, 0,52 ponto percentual (pp) menor que a de novembro (0,49%), uma interrupção na trajetória ascendente iniciada em setembro. Os grupos que mais contribuíram para essa pequena variação foram a alimentação, com variação de 0,02%, equipamentos domésticos, que variou -0,42%, e habitação, com uma taxa de -0,06%. Por outro lado, transporte e saúde amenizaram essa queda ao aumentarem em 0,28%, cada um (Tabela 28).

**TABELA 28**  
**Índice do Custo de Vida (ICV-DIEESE)**  
**Taxas, contribuições e porcentagem**  
**Por grupos e subgrupos dezembro de 2009**  
**Município de São Paulo**

Grupos e Subgrupos	Variação (%)	Contribuição (pp)	Ponderação (%)
Total Geral	0,08	0,08	100,00
Transporte	0,28	0,04	15,69
Individual	0,39	0,04	11,17
Coletivo	0,00	0,00	4,51
Saúde	0,28	0,04	13,99
Assistência Médica	0,35	0,04	11,17
Medicamentos e produtos farmacêuticos	0,02	0,00	2,77
Educação e Leitura	0,13	0,01	7,85
Educação	0,14	0,01	7,39
Leitura	0,00	0,00	0,46
Alimentação	0,02	0,01	27,82
In natura e semielaborados	-0,14	-0,02	12,06
Indústria da alimentação	-0,02	0,00	10,06
Fora do domicílio	0,42	0,02	5,71
Equipamento Doméstico	-0,42	-0,01	3,20
Eletrodomésticos	-1,02	-0,02	1,51
Utensílios	0,37	0,00	0,51
Móveis	-0,05	0,00	1,00
Rouparia	0,25	0,00	0,18
Habitação	-0,06	-0,01	23,22
Locação, impostos e condomínio	-0,17	-0,01	6,32
Operação	-0,03	0,00	13,44
Conservação	0,00	0,00	3,46

Fonte: DIEESE

### Índices por estrato de renda

Além do índice geral, o DIEESE calcula ainda mais três indicadores de inflação, segundo tercís da renda das famílias paulistanas (Tabela 29). Em dezembro, as taxas por extratos foram diferenciadas, o estrato 1 apresentou retração de -0,05%, o estrato 2 estabilidade (0,0%) e o estrato 3 alta de 0,14%. O estrato 1 corresponde à estrutura de gastos de 1/3 das famílias mais pobres

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

(renda média = R\$ 377,49 em jun/96); o estrato 2 contempla os gastos das famílias com nível intermediário de rendimento (renda média = R\$ 934,17 em jun/96) e o 3º estrato reúne aquelas de maior poder aquisitivo (renda média = R\$ 2.792,90 em jun/96).

**TABELA 29**  
**Índice do Custo de Vida (ICV-DIEESE)**  
**Taxa Geral e por estrato de renda**  
**Município de São Paulo – julho e agosto de 2009**

Índices	novembro (%)	dezembro (%)	Diferença (pp)
Geral	0,60	0,08	-0,52
Estrato 1	0,63	-0,05	-0,68
Estrato 2	0,61	0,00	-0,61
Estrato 3	0,59	0,14	-0,45

Fonte: DIEESE

### Inflação em 2009

A inflação em 2009 foi de 4,05%, inferior à apurada em 2008 (6,11%). Essa taxa é a segunda menor nos anos 2000, superior apenas a de 2006 (2,57%).

No ano, a variação da taxa foi mais elevada para famílias com maior poder aquisitivo. Isto é, o estrato 3 apresentou a maior taxa (4,36%), enquanto o estrato 1 (3,75%) e o estrato 2 (3,55%) ocuparam a segunda e terceira posição.

### Principais variações no ano

As variações em 2009 (que resultaram numa inflação de 4,05%) foram consequência do comportamento heterogêneo entre os grupos, subgrupos e itens que compõem o ICV-DIEESE. Contribuíram para elevar o índice os grupos: despesas pessoais (10,85%), educação e leitura (7,80%) e habitação (5,78%),

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

principalmente. Taxas negativas foram observadas para vestuário (-2,19%), e equipamento doméstico (-1,16%). Os grupos saúde (3,34%), transporte (3,22%) e alimentação (2,95%) variaram positivamente, porém abaixo da taxa geral

#### IV. 2.2 IPCA e INPC-IBGE

O IPCA ou Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo é calculado pelo IBGE desde 1980 e se refere às famílias com rendimento monetário de um a 40 salários-mínimos, em 9 regiões metropolitanas do país além do município de Goiânia e de Brasília, também é utilizado pelo governo como parâmetro para o chamado sistema de metas de inflação.

Em dezembro o IPCA variou 0,37%, o que significa 0,04 ponto percentual abaixo da taxa de 0,41% registrada no mês de novembro. A redução da inflação é mais bem percebida ao se comparar a taxa acumulada em 2009, que fechou em 4,31%, que ficou bem abaixo dos 5,90% apurados em igual período de 2008.

Em dezembro, o grupo alimentação e bebidas reduziram o ritmo de crescimento de novembro, de 0,58% para 0,24%, e comunicação foi o único que apresentou queda de -0,11%. As altas mais expressivas, por outro lado, se verificaram nos custos com transporte, vestuário e artigos de residência (Tabela 30).

Em 2009, as maiores altas foram relativo às despesas pessoais (8,03%), vestuário (6,11%), habitação (5,67%). Em contrapartida, comunicação teve a menor variação (1,08%).

**TABELA 30**  
**Variação mensal e acumulada dos grupos componentes do IPCA-IBGE – Novembro e Dezembro de 2009**

Grupo	Variação (%)		
	novembro	dezembro	Acumulado no Ano
Índice Geral	0,41	0,37	4,31
Alimentação e Bebidas	0,58	0,24	3,18
Habitação	0,19	0,17	5,67
Artigos de Residência	0,43	0,51	3,04
Vestuário	0,58	0,76	6,11
Transporte	0,61	0,78	2,36
Saúde e Cuidados Pessoais	0,24	0,24	5,35
Despesas Pessoais	0,55	0,46	8,03
Educação	0,01	0,10	6,13
Comunicação	0,01	0,11	1,08

Fonte: IBGE

O INPC, também é calculado pelo IBGE, desde 1979, no mesmo espaço geográfico, porém se refere às famílias com rendimento monetário de 01 a 06 salários-mínimos. Normalmente é o índice utilizado nas negociações coletivas entre trabalhadores e patrões.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, assim como o IPCA, apresentou variação menor em dezembro (de 0,24%) do que em novembro (0,37%) e em dezembro de 2008 (Tabela 31). Em 2009, o INPC ficou em 4,11%, bem abaixo de igual período do ano anterior (6,48%).

Os produtos alimentícios apresentaram variação de 0,13% em dezembro, e os não alimentícios aumentaram 0,29%. Em novembro os resultados para esses grupos foram 0,58% e 0,31%.

Em 2009, os alimentos aumentaram em 1,83%, bem abaixo do aumento verificado em 2008, de 11,40%. Por outro lado, os

produtos não alimentícios aumentaram mais em 2009 (5,10%) do que no ano anterior (que variou 4,47%).

**TABELA 31**  
**Taxas de Inflação - %**  
**Brasil – 2006 – 2009**

<b>Período</b>	<b>ICV-DIEESE</b>	<b>INPC-IBGE</b>	<b>IPCA-IBGE</b>
2006	2,57	2,81	3,14
2007	4,80	5,16	4,46
2008	6,11	6,48	5,90
<b>Janeiro.2009</b>	0,69	0,64	0,48
Fevereiro	0,02	0,31	0,55
Março	0,40	0,20	0,20
Abril	0,31	0,55	0,48
Maio	0,23	0,60	0,47
Junho	0,05	0,42	0,36
Julho	0,49	0,23	0,24
Agosto	0,30	0,08	0,15
Setembro	0,27	0,16	0,24
Outubro	0,53	0,24	0,28
Novembro	0,60	0,37	0,41
Dezembro	0,08	0,24	0,37
<b>Acumulado Data-base</b>			
<b>janeiro de 2010</b>	<b>4,05</b>	<b>4,11</b>	<b>4,31</b>

Fonte: IBGE e DIEESE

### IV.3 CESTA BÁSICA

Em 2009, apenas uma das 17 capitais onde o DIEESE realiza mensalmente a Pesquisa Nacional da Cesta Básica teve aumento no custo dos alimentos, Belém com variação positiva de 2,65% (Tabela 32). As maiores retrações no custo da cesta em 2009 ocorreram em: João Pessoa (-14,92%), Natal (-12,57); e Aracaju (-12,47%). A menor retração foi verificada em Vitória (-3,71%).

Em dezembro de 2009, apenas três capitais tiveram aumento na cesta básica, Brasília (2,8%); Aracaju (0,78%); Belém (0,37%). Nas demais cidades o preço da cesta caiu, com variações que se situaram entre -1,39%, em Manaus, e -8,63%, em Salvador.

As três capitais que apresentaram maior custo para os gêneros alimentícios em dezembro passado foram: Porto Alegre – R\$237,58; São Paulo – R\$228,19; e Brasília – R\$222,22. Em contrapartida, as três cidades com o menor custo total para a cesta básica foram: Aracaju (R\$169,18) João Pessoa (R\$170,63) e Recife (R\$171,31).

Com base na cesta básica mais cara e considerando a determinação constitucional que estabelece que o salário mínimo deveria suprir as despesas de um trabalhador e sua família com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência, o DIEESE estima o valor do salário mínimo necessário. Em dezembro de 2008, o menor salário pago deveria ser R\$1.995,91, o que corresponde a 4,29 vezes o mínimo em vigor, de R\$465,00. Em novembro de 2009, o mínimo necessário era bem maior, equivalendo a R\$2.139,06, ou seja, 4,6 vezes o mínimo vigente. Em dezembro de 2008, o valor do mínimo necessário para atender às despesas de uma família chegava a R\$2.141,08, o que representava 5,16 vezes o mínimo de então (R\$415,00).

### Comportamento dos preços em 2009

Entre dezembro de 2008 e 2009, os produtos alimentícios de maior importância do ponto de vista da população – como arroz e feijão – ficaram mais baratos em todas as 17 capitais pesquisadas pelo DIEESE. Os dois produtos foram beneficiados pelas chuvas e foram cultivados em todo o ano, uma vez que em várias regiões do país, praticamente não ocorreu estiagem.

Também a carne – item de maior contribuição no custo da cesta – teve queda generalizada em seus preços, com apenas uma alta, verificada em João Pessoa (4,57%). Entre as 16 capitais onde o produto ficou mais barato, destacaram-se Florianópolis (-15,92%), Goiânia (-12,98%), Rio de Janeiro (-11,49%) e Vitória (-10,48%). A diminuição da exportação devido à crise financeira internacional possibilitou maior oferta para o consumo interno e o clima chuvoso deixou as pastagens em boas condições, tornando a engorda do gado mais barata. Atualmente, o produto está em período de safra.

O tomate também teve seu preço reduzido nos últimos 12 meses em 16 capitais, 14 das quais com queda superior a 10%.

O preço do pão, produto com o segundo maior peso na cesta básica, diminuiu em 10 cidades, em especial em João Pessoa (-12,64%), Fortaleza (-12,09%) e Natal (-10,26%). A farinha de trigo teve queda em todas as nove capitais do Centro-Sul do país onde seu preço é acompanhado. As retrações foram bastante expressivas, variando de -13,75%, em Brasília, a -25,00%, em Curitiba.

Os produtos com predomínio de alta em 2009 não têm tanto peso na composição da cesta, com exceção do leite.

O açúcar teve aumento em todas as capitais, sendo que em 16 delas a alta foi superior a 20%. O preço do açúcar no mercado internacional está favorável à exportação e com isso, a oferta interna diminuiu. A isto soma-se o fato de o preço praticado no país ser determinado pelo internacional.

O leite teve alta nos últimos 12 meses em 14 capitais, em consequência da elevação ocorrida no final de 2008 e início de 2009.

Também teve alta o preço do óleo de soja (que aumentou em 10 cidades) A relativa melhora na crise financeira aqueceu a demanda por soja e vários países voltaram ao mercado, especialmente a China, causando a elevação tanto no comércio internacional quanto no país.

A batata ficou mais cara em todas as nove capitais do Centro/Sul onde seu preço é acompanhado. As taxas foram bastante expressivas, variando de 27,13%, em Goiânia a 84,38%, em Brasília. Após forte alta ocorrida ao longo do ano, o produto tende a ter queda, o que já ocorreu no último mês.

### Comportamento dos preços em dezembro de 2009

A redução mensal do custo da cesta básica em 14 das 17 capitais foi efeito da queda generalizada dos produtos, na maioria das cidades, no mês de dezembro.

Apenas o óleo de soja e a farinha de mandioca - pesquisada apenas nas oito capitais do Norte/Nordeste - aumentaram em maior número de cidades, com respectivamente, 12 e seis

Todos os demais alimentos ficaram mais baratos na maioria das regiões. Leite, com queda em 15 localidades: tomate, em 14 e arroz, em 13 foram os principais destaques. Além desses pode-

se acrescentar feijão, pão e café que registraram queda em 12 cidades.

### Cesta x salário mínimo

Para adquirir a cesta básica, o trabalhador que ganha salário mínimo precisou cumprir, em dezembro, na média das 17 capitais pesquisadas, uma jornada de 95 horas e 20 minutos, ligeiramente menor que a exigida em novembro (98 horas e 58 minutos). Em dezembro de 2008, a mesma compra comprometia uma jornada bem maior, que chegava a 115 horas e 44 minutos.

Também pode ser notado pequeno recuo no percentual do salário mínimo líquido – após a dedução da parcela referente à Previdência Social – comprometido em dezembro (47,10%), em relação a novembro (48,89%). Na comparação com dezembro de 2008, a redução é bem maior, pois naquele mês o comprometimento chegava a 57,18% do rendimento líquido.

**TABELA 32**  
**Pesquisa Nacional da Cesta Básica**  
**Custo e variação da cesta básica em 17 capitais**  
**Brasil – dezembro 2009**

Capital	Variação Anual (%)	Variação Mensal (%)	Valor da Cesta (R\$)	Porcentagem do Salário Mínimo Líquido	Tempo de Trabalho
Belém	2,65	0,37	204,32	47,76	96h 40min
Vitória	-3,71	-3,83	219,09	51,21	103h 39min
Manaus	-4,38	-1,39	215,94	50,48	102h 10min
São Paulo	-4,72	-2,89	228,19	53,34	107h 58min
Salvador	-5,13	-8,63	183,15	42,81	86h 39min
Brasília	-5,90	2,77	222,22	51,94	105h 08min
Recife	-6,70	-2,61	171,31	40,04	81h 03min
Porto Alegre	-6,78	-6,69	237,58	55,54	112h 24min
Belo Horizonte	-7,07	-5,04	213,97	50,02	101h 14min
Curitiba	-7,65	-4,86	211,85	49,52	100h 14min
Goiânia	-8,85	-7,31	190,90	44,62	90h 19min
Fortaleza	-10,32	-2,85	176,96	41,37	83h 43min
Rio de Janeiro	-11,02	-6,00	213,36	49,87	100h 57min
Florianópolis	-11,77	-7,09	210,90	49,30	99h 47min
Aracaju	-12,47	0,78	169,18	39,55	80h 03min
Natal	-12,57	-1,94	186,05	43,49	88h 01min
João Pessoa	-14,92	-2,84	170,63	39,89	80h 44min

Fonte: DIEESE; Obs.: (---) Dado inexistente